AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 04 | ABRIL 2019 | R$ 15,00



NEGOCIAÇÕES DO PLANO SAFRA 2019/2020

É PRECISO REDUZIR O RISCO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

NOVOS ACORDOS COMERCIAIS O BRASIL DEVE OLHAR PARA OS MERCADOS ASIÁTICOS

MERCADO DE TERRAS A EXPECTATIVA É DE AUMENTO DOS NEGÓCIOS

ABITRIGO O ELO ENTRE O CAMPO E A INDÚSTRIA

Seguros Agro

Toda a proteção que seu agronegócio precisa.



morya.

Oferecemos seguros adequados às necessidades do campo para proteger a sua produção e o seu patrimônio. Sabemos que quem produz tranquilo produz muito melhor e estamos ao seu lado para você obter grandes resultados.

Contrate um seguro com a gente.
Fale com o seu gerente e saiba mais.

Sicredi

sicredi.com.br / SAC - 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala -** 0800 724 0525. **Ouvidoria -** 0800 646 2519.
Esta peça contém informações gerais e indicativas dos produtos intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi LTDA; CNPJ 04.026.752/0001-82, registro SUSEP nº 10.0412376.
Verifique à integra das condições gerais, bem como o registro dos respectivos planos junto à SUSEP diretamente no sítio das seguradoras parceiras.

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Marcelo Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Twitter: @agroanalysis
Instagram: /fgv.agroanalysis
Facebook: /fgv.agroanalysis

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PRIMEIRA E GIGANTE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

CONTINUAMOS OBSERVANDO as idas e vindas de um governo que ainda está ajustando a sua organização interna e entre os vários grupos de apoio. O tempo para esse ajuste está maior do que o esperado. Desta forma, é muito provável que o crescimento da economia seja pequeno neste ano. Por outro lado, a insegurança tem feito o dólar ficar mais valorizado do que inicialmente imaginado. Contudo, a ***Agroanalysis*** ainda acredita na aprovação da reforma da previdência, o que irá trazer maior grau de confiança para os agentes econômicos. Nossa previsão ainda é de um dólar mais baixo para o segundo semestre. Os juros não devem subir, e a inflação vai ficar bem-comportada.

Não podemos cansar de repetir que, com baixa inflação, é fundamental aprender a trabalhar com o novo conceito de juros. Se a inflação ficar em 3,5%, um juro de 7,0% é alto! Convivemos, por muitos anos, com juros e inflação elevados. Muitos produtores ainda enxergam juros de 7,0% ao ano como baixos. Mas, com a inflação atual, são altos até demais!

Um dos assuntos mais importantes em curso no agro diz respeito ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para a safra 2019/20, que vai de julho de 2019 a junho de 2020. A queda na taxa de juros Selic, que chegou ao seu mais baixo patamar da história – e com tendência de assim se manter, segundo o boletim Focus do Comitê de Política Monetária (Copom) –, cria um novo ambiente de negócios para as políticas agrícolas brasileiras. O modelo tradicional de crédito rural, com tantos benefícios para setor produtivo, demonstra sinais de esgotamento, sendo incapaz de acompanhar as demandas do agro. O financiamento privado com base nos títulos do agronegócio tende a ganhar espaço, mas ainda precisa de taxas de juros menores, mais competitivas. Os recursos para subsídios deverão reservar um lugar para o seguro rural. Outras medidas também seguem em discussão, embora de forma embrionária.

Entre os temas mais tensos neste mês, aparece, sem dúvida, a renovação do Convênio ICMS nº 100/197. Este confere desconto no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 60% sobre insumos agropecuários e de 30% sobre determinados produtos agrícolas. Caso seja vetado, o agronegócio brasileiro sofrerá um perverso impacto. No total do País, a ampliação da carga tributária será de 0,61%. O questionamento do Convênio decorre da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.553, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Já a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) impetrou um processo para defender a sua manutenção.

O mercado de terras começa a esboçar reação, depois de quase três anos de preços praticamente andando de lado e com baixa liquidez. Por enquanto, predomina um jogo de interesses e especulações, sem de fato haver concretização de negócios. De qualquer forma, a maior procura por terras indica uma melhora do ânimo dos compradores, com mudança no quadro conjuntural. A forte valorização da soja no mercado brasileiro em 2018 – em função da alta do dólar –, o aumento das exportações para a China e as expectativas melhores para a economia nacional trouxeram entusiasmo e aumento das consultas para a compra

ou o arrendamento de terras na agricultura. A expectativa é de uma maior movimentação no mercado neste ano. Acompanhar o ritmo das políticas econômicas e das negociações das reformas necessárias para o País e o desenrolar da produção agrícola nacional é um ponto fundamental, pois tais temas podem impactar o desempenho do mercado de terras nos próximos meses.

Na entrevista, houve a participação de Marcelo Vieira, presidente da histórica Sociedade Rural Brasileira (SRB), empresário rural na cafeicultura no sul de Minas Gerais e vice-presidente da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês). Como entrevistado, ele apresenta a sua visão do agro diante de um governo com propostas mais liberais para a economia brasileira e fala sobre a atual conjuntura do mercado de café e as comemorações dos cem anos da SRB.

O Caderno Especial trata das iniciativas da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), em seu papel primordial de fazer o elo entre o campo e a indústria de transformação. A entidade tem trabalhado com dois focos principais: o primeiro, de representatividade, realizando a interação com órgãos nacionais e internacionais; e o segundo, de conhecimento, com a criação do projeto Estatística, em parceria com o Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro), para consolidar informações seguras e consistentes sobre o setor para a indústria. Outra ação de destaque foi a formulação da Política Nacional do Trigo (PNT), que visa municiar o novo governo com informações sobre o setor. ■

RENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA

Alguns leitores escreveram para a ***Agroanalysis*** comentando a matéria de capa da última edição. A matéria mostrava que, por mais um ano, a cana-de-açúcar registrou o melhor resultado entre as produções agropecuárias mais comuns.

É importante ressaltar que muitos produtores de cana tiveram quebra de safra. Assim, a matéria em tela apontava a situação de produtores que não sofreram tal quebra.

Além disso, a cultura de soja, por todas as razões, tem um grau de risco menor quando comparada à de cana. Esses pontos devem ser esclarecidos. E o principal de todos: para quem não quer correr risco, nada como um bom arrendamento de cana, desde que o arrendatário seja um grupo econômico financeiramente forte.

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
MARCELO VIEIRA
CELEBRAR COM MUITO ORGULHO OS CEM ANOS DA SRB

11 FRASES & COMENTÁRIOS

13 MACROECONOMIA
FOCO NA PREVIDÊNCIA

15 AGRODROPS

20 MERCADO & NEGÓCIOS

20 ETANOL
PREÇOS DEVEM MANTER INCENTIVO À PRODUÇÃO NO INÍCIO DA SAFRA

22 CAPA MERCADO DE TERRAS
MAIOR PROCURA, MAS POUCOS NEGÓCIOS

26 CAPA ACORDOS COMERCIAIS
O AGRO E OS MERCADOS ASIÁTICOS

29 CACHAÇA
DESAFIOS ENFRENTADOS PELA INDÚSTRIA NO BRASIL

31 POLÍTICA AGRÍCOLA

31 INSUMOS AGROPECUÁRIOS
RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 100/97

33 CAPA PLANO SAFRA 2019/2020
QUAIS PONTOS ESTÃO PESANDO NAS NEGOCIAÇÕES?

35 TECNOLOGIA

35 EMBRAPA
AGRICULTURA MOVIDA A CIÊNCIA

37 CONTEÚDO ESPECIAL

37 CAPA ABITRIGO
TRIGO MAIS COMPETITIVO

40 ANPII
INOCULANTES NO AGRO

43 JACTO
TECNOLOGIA PARA PULVERIZAÇÃO

44 FAESP
A RELEVÂNCIA DO CONVÊNIO ICMS N° 100/97

45 ANDEF
A IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
UM NOVO OUTLOOK

47 PRODUZIR
LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES AGRÁRIAS: POR QUE DISPENSAR?

48 OPINIÃO
AGRISHOW, DE SÃO PAULO PARA O MUNDO

49 REFLEXÃO
O FUTURO DOS NOSSOS FILHOS

50 ESTATÍSTICA

CELEBRAR COM MUITO ORGULHO OS CEM ANOS DA SRB

MARCELO VIEIRA

PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA (SRB)

DA REDAÇÃO

PRESIDENTE DA histórica SRB, que completa o primeiro centenário de existência neste ano, Marcelo Vieira também divide as suas atividades como empresário rural na cafeicultura no sul de Minas Gerais e na vice-presidência da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na siga em inglês). Como entrevistado, apresenta uma visão do agro diante de um governo com propostas de trabalho mais liberais para a economia brasileira.

AGROANALYSIS: A LINHA LIBERAL DO NOVO GOVERNO TRAZ PROBLEMAS PARA O AGRO?

MARCELO VIEIRA: Parece ser ainda muito cedo para chegar a uma conclusão quanto a um dos pontos mais críticos para o agro. Em princípio, a proposta liberal é positiva quando se trata de reduzir burocracia e regulamentação excessiva. Quando tomamos por base os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vemos que, no Brasil, a ajuda governamental representa 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e menos de 3% da renda do agricultor. Esses números são menores apenas na Nova Zelândia. Então, não esperamos muita discordância nessa seara.

Normalmente, na Organização Mundial do Comercio (OMC), o Brasil tem se pautado por recorrer com contenciosos no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) contra a prática de medidas protecionistas de países. Tivemos, agora, já no atual governo, a medida da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério



STUDIO01.FOT.BR

da Economia de suspender a tarifa sobre a importação de leite da União Europeia e da Nova Zelândia. Esse é o primeiro embate a ser colocado em discussão.

DEPOIS DE SEIS ANOS, COMO AVALIAR O NOVO CÓDIGO FLORESTAL (CF)?

MV: Existem aspectos positivos a serem destacados. Sem dúvida, a descentralização do processo foi um passo para frente. Acontece que o repasse de uma peça jurídica tão complexa como o CF para os estados e as suas Assembleias não acontece da noite para o dia. A evolução dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs), por exemplo, leva tempo e acontece de forma devagar. Há registros de progressos interessantes na região Norte, como nos estados do Pará e do Acre.

De certa forma, podemos avaliar que o projeto de montagem do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi colocado de pé. Temos mais de 4 milhões de cadastros prontos para serem estruturados e analisados. Em algumas Unidades da Federação (UFs), a legalidade das normas do PRA sofre questionamentos, como em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Existem Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra o CF no Supremo Tribunal Federal (STF) que precisam ser decididas. O mesmo acontece com a falta de definição do conceito de identificação ecológica para compensar áreas dentro e fora de uma mesma bacia hidrográfica. Isso causa discórdia entre Ministério Público, produtores e alguns juízes.

COMO AVALIAR OS RECURSOS E A TAXA DE JUROS PARA O PLANO SAFRA 2019/2020?

MV: Entramos numa reta de chegada de negociações. Isso se repete em todo ciclo agrícola. Começaremos em julho de 2019 e terminaremos em junho de 2020. A conjuntura macroeconômica contribui do lado bom em termos de controle da taxa de inflação e da taxa de juros Selic. Com o forte suporte do agro, a balança comercial também representa uma garantia de excelentes resultados. A recessão de 2014, 2015 e 2016, com PIB negativo, deve ser vista como página virada. Precisamos, sim, de PIBs maiores do que aqueles apurados em 2017 e 2018.

> “DEVEMOS OLHAR COM CARINHO AS POSSIBILIDADES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS A SEREM INVESTIDOS NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA.”

A taxa Selic caiu para o seu menor nível histórico, de 12,5% para 6,5%, de 2015 aos dias atuais. Isso reduziu os gastos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para subsidiar as operações a taxas de juros controladas de R$ 20,30 bilhões para estimados R$ 9,90 bilhões entre as safras 2014/15 e 2018/19. O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020 será o terceiro estabelecido dentro do limite de teto, com oferta de crédito rural corrigida pela inflação, em quantidade muito ajustada à demanda crescente. Devemos olhar com carinho as possibilidades de captação de recursos externos a serem investidos na agropecuária brasileira. Temos de ocupar mais espaço no mercado de títulos verdes (*green bonds*).

HÁ ESPAÇO PARA A SUBVENÇÃO DO SEGURO RURAL?

MV: Esse será o grande desafio para o PAP 2019/2020. Os recursos aplicados no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) praticamente minguaram, pois concorrem com os recursos não contingenciáveis, como a manutenção geral do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA) e a folha de pagamento. Assim, quando do preenchimento dos Decretos de Contingenciamento pelo governo federal, recebem menor prioridade durante a escolha dos gastos a serem mantidos. Desde 2015, o Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR), aprovado pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), não superou a casa dos R$ 400 milhões. A virada terá de ser vigorosa.

COMO FICA A IMAGEM DO AGRO?

MV: Esse sempre foi um tema muito sensível. O setor trata de negociações complicadas, como as queimadas e o desmatamento de florestas, a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de áreas de quilombolas e trabalhos escravos, entre outras. Tivemos momentos bem críticos e radicais quando discutíamos a aprovação do CF. Parecia que essa etapa tinha sido superada, mas vieram as denúncias de irregularidades com as operações deflagradas pela Polícia Federal no mercado de carnes.

Temos de trabalhar muito ainda nessa questão da imagem e da reputação do agro. Certamente, toda associação da produção agropecuária e florestal com as boas práticas ambientais constitui uma estratégia correta e um passo certo. Isso, aliás, faz parte da demanda e do anseio globais. Como conquistamos uma posição de liderança na produção de alimentos, fibras e energia renovável, devemos focar nessa visão. Vamos aguardar as estratégias a serem definidas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) nesse novo governo.

A LINGUAGEM DIGITAL CHEGA AO CAMPO?

MV: O atual estágio da agricultura brasileira demanda a adoção de modernas ferramentas de comunicação, e a maioria delas depende de uma robusta plataforma digital e da inserção de novas técnicas, cujo impacto sobre a qualidade das lavouras é enorme. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o acesso à internet no campo, de 2006 a 2017, aumentou 1.790,1%, de 75 mil para 1.425 mil produtores. Destes, 61% já usam *smartphones* na realização das suas tarefas.

Uma agropecuária mais tecnificada e conectada é importante não apenas para o mercado interno, mas, sobretudo, para que o País mantenha o superávit na balança comercial. Como é de conhecimento geral, tivemos um crescimento espetacular nessa área. Entre 2000 e 2018, as exportações totais do agronegócio brasileiro passaram de US$ 20,6 bilhões ao ano para US$ 101,7 bilhões. Foi uma expansão de cinco vezes em dezoito anos. O feito é ainda mais relevante quando se lembra que, nesse período, houve a grave crise financeira global entre 2008 e 2010, quando o comércio mundial teve um refluxo significativo.

O BRASIL DEVE PERMANECER NO ACORDO DO CLIMA DE PARIS?

MV: No Fórum Econômico Mundial, em Davos, o governo brasileiro fez um anúncio público de que não deixará o Acordo de Paris. Esse posicionamento é positivo para a imagem do País, que inclusive já estabeleceu medidas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) nas áreas de energia, agricultura e desmatamento, as quais participam, respectivamente, com 37%, 33% e 18% no total das emissões.

> “TEMOS DE TRABALHAR MUITO AINDA NESSA QUESTÃO DA IMAGEM E DA REPUTAÇÃO DO AGRO.”

Temos metas interessantes para 2030. Estabelecemos: atingir 45% de energia renovável na matriz energética brasileira; expandir o uso de fontes de energia não fósseis para 23%; aumentar para 18% a participação de biocombustíveis na matriz energética; zerar o desmatamento ilegal na Amazônia; reflorestar 12 milhões de hectares de florestas; recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; e ampliar em 5 milhões de hectares os sistemas de lavoura-floresta.

PODEMOS COMENTAR OS CEM ANOS DA SRB E A CAFEICULTURA?

MV: Com líderes brilhantes na sua administração ao longo do tempo, a SRB conseguiu marcar um papel de intensa luz no crescimento e no desenvolvimento da agropecuária nacional. Planejamos registrar grande parte desses feitos com o lançamento de um livro. Será um trabalho de pesquisa extenso e aprofundado para selecionar fatos relevantes de uma história memorável. Temos de fazer com muito orgulho essa celebração.

Em relação à cafeicultura, os desafios prosseguem. De 1952 a 1989, quando foi extinto, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) dava as cartas nas políticas agrícolas do produto. Começava uma nova fase de coordenação na cadeia de produção e comercialização da rubiácea, voltada a atender as necessidades e os desejos do consumidor moderno. Estamos, agora, nessa empreitada acirrada de manter o Brasil na ponta dos cafés *gourmet* ou especiais, baseados na diversidade e na qualidade da bebida. É uma batalha árdua. ■

> “PLANEJAMOS REGISTRAR GRANDE PARTE DESSES FEITOS COM O LANÇAMENTO DE UM LIVRO.”



STUDIO01FOT.BR

FRASES & COMENTÁRIOS



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

“O desmame radical dos subsídios pode desarrumar o agronegócio, que responde por quase um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.”

“O governo desenha um novo modelo de financiamento do setor agrícola, mas nada será feito de forma unilateral pela área econômica.”

“Esse período de discussão do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) é tenso. A regra do jogo é caminhar passo a passo.”

“Temos consciência da situação fiscal, mas, se avançarmos no seguro rural, teremos condições para aumentar o crédito.”

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

“A área e a produção do agro cresceram muito mais do que os depósitos à vista dos bancos, fonte de recursos para o crédito rural a taxas de juros controladas.”

“Os recursos subsidiados para a agricultura deverão continuar, e precisaremos saber se os seus benefícios chegam ao produtor.”

ANTÔNIO DA LUZ, chefe do Departamento Econômico da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)

“Com a Proposta de Emenda Constitucional nº 241, o teto dos gastos públicos é corrigido apenas pela taxa de inflação anual.”

“O modelo atual de crédito rural mostra sinais de esgotamento já há algum tempo, pois não consegue atender a demanda de recursos.”

“Nas duas últimas safras, as duas fontes de recursos para o crédito agrícola diminuíram: a obrigatoriedade dos depósitos à vista dos bancos passou de 34% para 30%, enquanto o depósito da Poupança Rural caiu de 64% para 60%.”

“Como os recursos disponíveis ficaram menores, o Governo precisa escolher em que priorizar a sua aplicação: se no crédito, na garantia de preço mínimo ou no seguro agrícola.”

ADENIRO VIAN, diretor do IBDAgro

"Os avanços nos modelos de autocontrole seguem a tendência crescente do uso de sistemas voluntários de certificação de qualidade. Muitos países da União Europeia já criaram normatizações sobre isso."

"Será preciso delimitar as atribuições das empresas nesse sistema e as do Ministério que são voltadas à sanidade e à segurança alimentar."

JOSÉ GUILHERME LEAL, secretário da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA)

"O autocontrole não significa deixar tudo solto. Como estão sujeitas a riscos, as empresas são as maiores interessadas em fazer tudo de forma correta, com treinamento constante, atualização e capacitação dos trabalhadores."

INÁCIO KROETZ, ex-presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa)



EDSON RODRIGUES

"Estamos num ano importante para a consolidação da produção brasileira de etanol de milho. Projetamos uma produção de 1,4/1,5 bilhão de litros, com consumo de 3,4 milhões de toneladas de milho."

"Melhorar a infraestrutura será fundamental para o escoamento da produção da região Centro-Oeste."

"O aumento do consumo de milho para etanol servirá de estabilizador dos seus preços e garantirá matéria-prima alinhada à demanda."

RICARDO TOMCZYK, presidente da União Nacional do Etanol de Milho (UNEM)

"O fabricante será responsabilizado pela mercadoria entregue. A presença dos auditores fiscais agropecuários nos momentos *ante* e *post mortem* em abatedouros é necessária para garantir a inocuidade, a sanidade, a qualidade e a identidade dos produtos."

ANA LÚCIA VIANA, diretora do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA/SDA/MAPA)

FOCO NA PREVIDÊNCIA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O GRANDE desafio da economia brasileira atual reside no ajuste das contas públicas. De fato, o resultado primário do setor público como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) no início da década era superior a 3%. Ao longo da primeira metade da década, a política fiscal foi conduzida de maneira relativamente irresponsável, baseada na crença equivocada de que a manutenção da demanda agregada aquecida via gastos públicos levaria a um aumento dos investimentos produtivos. Essa ilusão desfez-se na realidade dos fatos, que mostraram que os investimentos continuaram em um patamar relativamente baixo no País, incompatíveis com uma taxa de crescimento econômico sustentável da ordem de 3% ao ano. No entanto, o aspecto mais perverso dessa irresponsabilidade foi a geração de um desequilíbrio fiscal de magnitude assustadora: a corrosão do superávit primário no início da década desembocou em um déficit de mais de 1,4% no ano passado. Esse resultado só não foi pior por conta dos esforços do último ano do governo Temer em conter gastos públicos. A consequência direta disso foi um salto da dívida pública bruta do setor público da ordem de 25% do PIB entre 2014 e o final do ano passado.

A trajetória das variáveis fiscais, considerando uma perspectiva dinâmica, sinaliza uma situação insustentável no médio e no longo prazos caso nada seja feito. As projeções indicam que, na ausência de alguma correção do lado dos gastos públicos, o resultado primário tornar-se-á cada vez mais deficitário e o endividamento público crescerá recorrentemente. O crescimento desenfreado da dívida pública fatalmente levará, em algum momento, à sua moratória ou a um quadro inflacionário agudo, motivado pela necessidade de emissão de moeda pelo lado do Governo para financiar as suas contas.

Por conta disso, afora alguns setores movidos por interesses próprios, formou-se um consenso na sociedade acerca da necessidade de um ajuste efetivo das contas do governo pelo lado da contenção de gastos. Nesse sentido, deve ficar claro que todo esforço fiscal realizado nos últimos anos com foco para evitar o agravamento do quadro das contas públicas foi feito na compressão de gastos do Governo em diversos setores, e seus efeitos não são perceptíveis no curto prazo, mas são percebidos no longo prazo. Em outras palavras, o ajuste feito na contenção de gastos dos últimos anos só pode ser mantido no curto prazo, havendo a necessidade de um ajuste mais efetivo do lado das despesas públicas em termos estruturais.

A decomposição da estrutura dos gastos do governo federal nos últimos anos revela um quadro claro e preocupante. As contas da previdência social apresentaram um quadro de franca e acelerada deterioração, com o INSS registrando um déficit de R$ 195 bilhões (2,9% do PIB) em 2018. A piora das contas do sistema previdenciário ao longo da última década e meia é resultado de uma combinação de fatores perversos que vão além do envelhecimento populacional. As características assistencialistas conferidas ao INSS ao longo do tempo e os aumentos do salário-mínimo acima da inflação (que impactaram diretamente o piso do benefício previdenciário)

são elementos que têm impacto direto sobre o resultado do sistema.

Em função disso, é inadiável a realização de uma reforma da previdência que abranja diferentes segmentos da sociedade. Nesse sentido, o novo governo enviou uma proposta de reforma ao Congresso Nacional no início de 2019. Essa proposta contém aspectos extremamente louváveis e é focada em múltiplas dimensões, e não apenas nos trabalhadores do setor privado. Em tese, a sua aprovação permitiria uma economia considerável aos cofres da União nos próximos anos.

No entanto, o maior problema relativo à aprovação dessa proposta de reforma é que ela impõe, ao afetar diretamente vários setores da sociedade, um custo político considerável. Sob essa perspectiva, espera-se que o governo se envolva efetivamente na construção de uma maioria no Congresso (na Câmara dos Deputados e no Senado Federal) para a aprovação da proposta. A demora ou a eventual não aprovação terá custos significativos para a economia brasileira nos próximos anos. ■



SHUTTERSTOCK

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO DA SAFRA 2019/20

Com o rombo existente no déficit fiscal, o Governo, de uma forma geral, pressiona por cortes nos subsídios. O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2019/20 está sendo concebido nesse ambiente difícil. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado promete aumentar o crédito para R$ 200 bilhões (+5%). Os gastos previstos com a equalização das taxas de juros da atual safra – que termina em junho próximo – chegam a R$ 4,4 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e R$ 5,6 bilhões para os médios e os grandes produtores.

Medidas novas, ainda que graduais, serão introduzidas. Linhas de crédito com títulos do agronegócio a taxas de juros livres de mercado serão dirigidas aos médios e aos grandes produtores. O difícil é fazê-las aproximarem-se da taxa Selic (6,5%). A meta é aumentar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para R$ 1 bilhão, contra os atuais R$ 440 milhões. As operações a juros controlados serão priorizadas para os pequenos e os médios produtores.

NEGOCIAÇÕES DO CONVÊNIO 100

O Convênio ICMS nº 100/97 – que reduz em até 60% a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de insumos e produtos agropecuários – será encerrado no dia 30 deste mês. Se o acordo não for renovado, os preços dos insumos agrícolas devem subir 7,6% no Brasil, segundo o Grupo de Trabalho Econômico organizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A decisão dependerá de votação dos secretários das Secretarias Estaduais da Fazenda, que fazem parte do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

RESSARCIMENTO DA LEI KANDIR

A Lei Kandir, publicada em 13 de setembro de 1996, isenta de ICMS os produtos e os serviços destinados à exportação. Dada sua dificuldade fiscal, os estados reclamam por uma participação maior na fatia desses recursos, com pressões sobre a Advocacia-Geral da União (AGU). O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá decidir sobre o prazo para o Congresso Nacional regulamentar o ressarcimento desse ICMS imposto pela União a estados exportadores.

EMBARGO DA CARNE DE FRANGO

No final do ano passado, a União Europeia (UE) anunciou a realização de inspeções em frigoríficos de carnes bovina e de frango do Brasil. Ainda não há, porém, data definida para a visita, que constitui um requisito indispensável para que as unidades proibidas sejam novamente habilitadas. Em 2019, o bloco proibiu a importação de carne de frango de vinte frigoríficos nacionais. Essa decisão foi uma resposta às descobertas da operação Trapaça, deflagrada pela Polícia Federal em 5 de março último e que investiga um esquema de fraudes nos testes de salmonela em lotes de carne de frango exportados à UE.

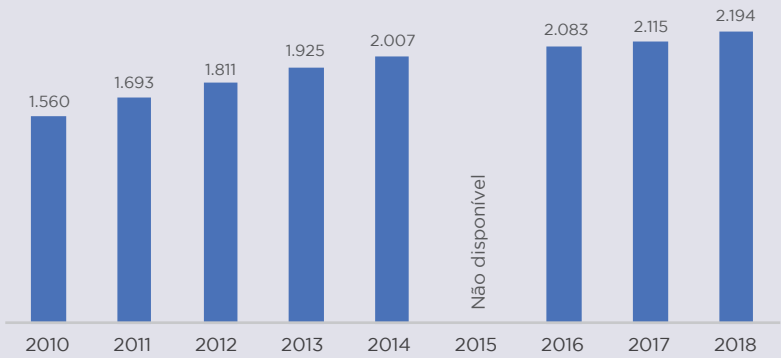
COMITÊ TÉCNICO DE PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) instituiu o Comitê Técnico de Programas de Autocontrole com o objetivo de promover a articulação de órgãos e entidades públicas e privadas para implementar programas de autocontrole a serem aplicados nos estabelecimentos regulados pela legislação da defesa agropecuária do País. O grupo desse comitê deverá propor a implementação, o monitoramento e a avaliação dos programas de autocontrole, identificar os atos normativos e articular as ações de troca de experiência e capacitação.

EXPANSÃO DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA

Segundo o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), destacam-se no *ranking* estadual do número de aeronaves agrícolas: Mato Grosso (494), Rio Grande do Sul (427), São Paulo (317) e Goiás (287). De acordo com a Associação Nacional de Aviação Agrícola dos Estados Unidos (NAAA, na sigla em inglês), em escala mundial, a frota nacional (2,2 mil) só perde para os Estados Unidos (3,6 mil), estando à frente de México (2,0 mil), Argentina (1,2 mil) e Nova Zelândia e Austrália (300 aeronaves cada).

BRASIL: FROTA DE AERONAVES AGRÍCOLAS



Fonte: SINDAG

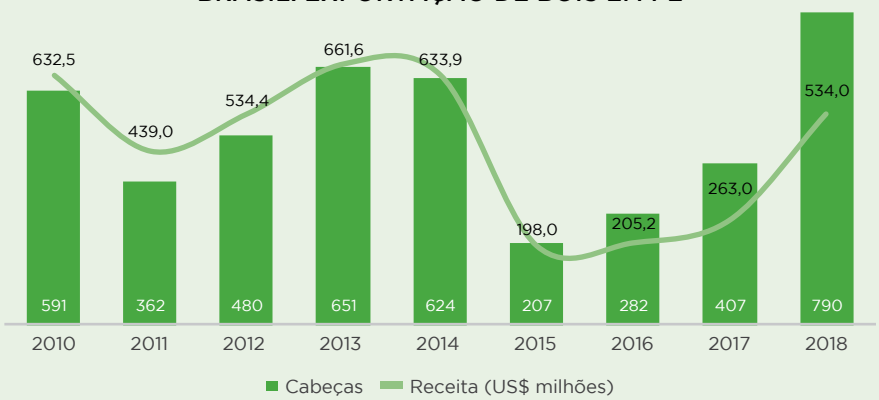
SUBSÍDIOS NA CONTA DE LUZ RURAL

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico, como os descontos tarifários para baixa renda rural e irrigantes. O Decreto nº 9.642, de 28 dezembro de 2018, sancionado pelo presidente Temer, prevê a extinção gradual de descontos na conta de luz de produtores rurais. A retirada dos subsídios, de R$ 3,4 bilhões, será feita de 2019 a 2023, com cortes de 20% ao ano. O Palácio estuda a revisão dessa medida por ela elevar o custo de produção principalmente para os pequenos irrigantes e aquicultores, com aumento imediato nos preços dos alimentos.

RETOMADA NAS EXPORTAÇÕES DE BOI EM PÉ

O Brasil quase duplicou os embarques de boi em pé exportados em 2018 quando em comparação ao ano anterior. Os maiores destinos dos animais foram Turquia, Egito e Líbano. Esses países, normalmente, preferem realizar o abate do gado conforme suas próprias diretrizes. Além de fornecerem animais para abates específicos, as exportações brasileiras de bois em pé são dirigidas a atender importadores à procura de gado com boa genética para reprodução.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE BOIS EM PÉ



Fonte: SECEX/MDIC

CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA DE ETANOL DE MILHO

A expectativa é de um avanço importante para a consolidação da indústria brasileira de etanol de milho. Atualmente, há dez unidades em operação, em Mato Grosso (5), Goiás (3), Paraná (1) e São Paulo (1). Existem, em fase de construção, quatro unidades, em Mato Grosso (3) e Goiás (1), além de mais seis projetos em processo de obtenção da licença ambiental e de captação de recursos financeiros, em Mato Grosso. As vantagens competitivas desses empreendimentos consistem na disponibilidade de matéria-prima, no fornecimento de biomassa para gerar eletricidade à usina e na demanda por Grãos de Destilaria Secos com Solúveis (DDGS, na sigla em inglês), usados para alimentar bovinos. Com 1 tonelada de milho, é possível produzir 420 litros de etanol.

BRASIL: PRODUÇÃO DE ETANOL DE MILHO
(MILHÕES DE LITROS)

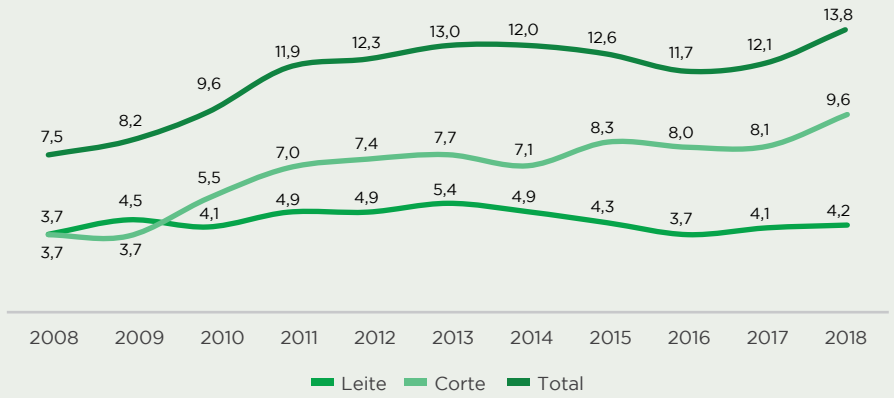


Fonte: Sondagem Agroanalysis

CENÁRIO FAVORÁVEL NA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

O crescimento da inseminação artificial em 2018 foi muito puxado pelo aumento verificado na pecuária, principalmente na de corte. O setor voltou à normalidade com os níveis de produção apurados em 2013 e 2014. Com isso, os pecuaristas passaram a investir pesado no cruzamento industrial, diante da retomada do sistema de bonificação dos frigoríficos. Para este ano, o cenário mostra-se favorável: o uso da genética garante o nascimento de animais mais pesados nas fazendas, com capacidade de atingir mais cedo o peso ideal de abate.

BRASIL: PRODUÇÃO DE SÊMEN
(MILHÕES DE DOSES)

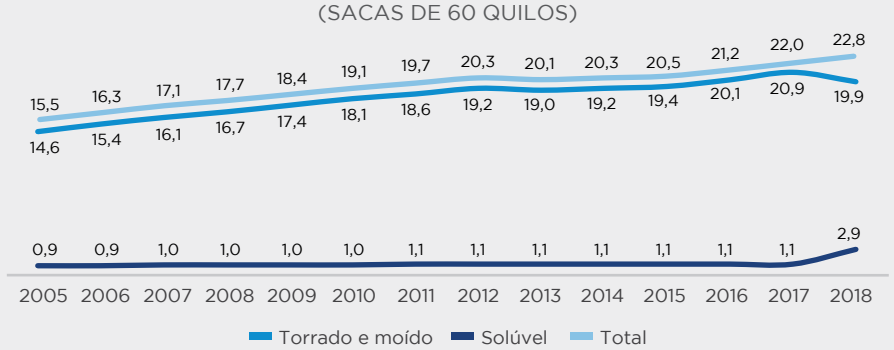


Fonte: ABIA

CONSUMO INTERNO CRESCE NO CAFÉ

Sem sofrer impacto negativo no consumo, o café atravessou uma das piores crises econômicas brasileiras. Assim como ocorreu na crise mundial de 2008, a demanda *per capita* do produto não teve redução. Nesses dois períodos, o consumo aumentou. Isso confirma, mais uma vez, o reconhecimento de uma bebida de elevado consumo e gosto popular em todo o território nacional. Mesmo com valor agregado mais elevado, também apresentaram bom desempenho os produtos de alta qualidade, considerados um "luxo acessível" na conquista de mais consumidores. Essa tendência deve persistir neste ano.

BRASIL: CONSUMO *PER CAPITA* DE CAFÉ DE NOVEMBRO A OUTUBRO
(SACAS DE 60 QUILOS)



Fonte: ABIC

RAÇÃO ENFRENTA MENOR CONSUMO DE FRANGO

A indústria de ração animal apresenta um crescimento mais fraco devido às restrições impostas pela União Europeia aos frigoríficos nacionais, à queda nas aquisições da Arábia Saudita de frango de corte e à imposição pela China de tarifas de importação (de 17,8% a 32,4%) contra o frango brasileiro, ocorrida em fevereiro último. Algumas empresas conseguiram fazer acordo de preço com os chineses e ficaram fora desses impostos. Esse setor é o maior consumidor de ração do País. O segmento de postura, apesar dos bons resultados de produção em função da substituição do consumo de carnes por ovos, aumentou muito a oferta, com enfraquecimento dos preços.

BRASIL: PRODUÇÃO DE RAÇÕES
(MILHÕES DE TONELADAS)

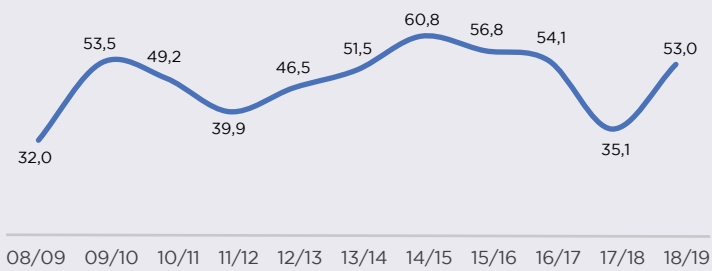
SEGMENTO	2016	2017	2018
Aves	37,8	32,3	31,7
Suínos	16,4	16,5	16,8
Pecuária	8,2	8,5	8,5
Cães e gatos	2,5	2,6	2,6
Outros	2,3	8,8	9,6
Subtotal	67,2	68,7	69,2
Sal mineral	2,8	3,0	3,1
TOTAL	**70,0**	**71,7**	**72,3**

Fonte: SINDIRAÇÕES

ESTOQUES DE SOJA ALTOS NOS EUA

A produção argentina de soja mostra recuperação de 51% na safra 2018/19, depois da forte quebra na temporada passada. Isso significa uma colheita maior na América do Sul, mesmo com a queda ocorrida no Brasil. Nos Estados Unidos, os estoques de passagem da safra 2018/19 devem dobrar para 24,0 milhões de toneladas. Esse quadro abre a possibilidade de um cenário de baixa de preços para a oleaginosa. O desfecho das negociações entre Estados Unidos e China terá influência no comportamento das Bolsas. Assim, a comercialização da produção nacional não deverá acontecer com o mercado firme, como na temporada passada, quando os prêmios atingiram valores históricos de alta e a taxa de câmbio estava mais desvalorizada, ao redor de R$ 4,20.

ARGENTINA: PRODUÇÃO DE SOJA
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Bolsa de Cereais de Buenos Aires

ETANOL

PREÇOS DEVEM MANTER INCENTIVO À PRODUÇÃO NO INÍCIO DA SAFRA

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

DIANTE DA interpretação equivocada de alguns produtores de etanol de que os estoques de etanol na região Centro-Sul do Brasil seriam superiores à capacidade do mercado de absorvê-los no período de entressafra, houve um acúmulo de oferta em um prazo relativamente curto durante a entressafra de cana-de-açúcar, o que causou uma atípica queda de preços do etanol nesse período. Isso tudo ocorreu por conta do desejo de manter as vendas aquecidas em resposta ao recuo do preço da gasolina na refinaria, que apresentou uma queda abismal entre meados de setembro e a primeira semana de janeiro, recuando de R$ 2,250 para R$ 1,453 por litro nas refinarias, livre de impostos. Esse temor levou produtores a desovarem seus estoques, pressionando para baixo os preços em um momento atípico para o mercado.

Com os preços do etanol hidratado mantendo-se mais atrativos do que os da gasolina C (contendo 27% de etanol anidro) nos postos, o consumo de etanol hidratado atingiu 19,39 bilhões de litros em 2018, um incremento de 42,1% sobre 2017. Em janeiro último, essa tendência manteve-se, com o consumo de etanol hidratado no Brasil tendo alcançado 1,85 bilhão de litros, o que é um recorde para esse mês e um aumento de 34,4% sobre o volume consumido em janeiro de 2018.

Por outro lado, foram consumidos, em janeiro, 2,28 bilhões de litros de gasolina, uma queda de 7,9% em relação ao mês de janeiro de 2018. Mas, em função do forte aumento do consumo de etanol hidratado, sem se esquecer, também, da expansão do consumo de gás natural veicular (GNV), o mercado de combustíveis do ciclo Otto atingiu 4,64 bilhões de litros de gasolina equivalente em janeiro, um aumento de 1,6% em um ano.

Como resultado, a participação do consumo total de etanol (anidro mais hidratado) no mercado

SHUTTERSTOCK



de combustíveis do ciclo Otto, em gasolina equivalente, atingiu 46,1%, a maior participação desde 1994 (47,7%).

Porém, o mercado virou o jogo desde o início de fevereiro e, em rápida velocidade, recompôs o preço à medida que os produtores passaram a indicar sinais de que a retomada da moagem seria postergada dado o atraso fisiológico dos canaviais. Desde o início de março, com os produtores mais reticentes nas negociações, o preço do etanol hidratado em São Paulo disparou em 20,1%, para R$ 1,833/litro, sem impostos, enquanto o preço médio da gasolina na refinaria subiu 25% nesse mesmo período, para R$ 1,820/litro.

A próxima pergunta que o mercado tentará responder, agora, é se ainda haverá espaço para que os preços do etanol continuem em alta nos próximos dias. Na semana passada, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o preço médio do etanol hidratado na bomba perdeu marginalmente a sua competitividade em relação ao da gasolina no estado do Paraná, com a paridade de preço atingindo 70,15% – se bem que a relação de preços nesse estado já não estava muito favorável ao abastecimento do hidratado há pelo menos duas semanas, quando a paridade já era praticada um pouco acima de 69%. No entanto, até o final de fevereiro, a competitividade do hidratado seguiu robusta nos estados de São Paulo (64,4%), Mato Grosso (58,4%), Minas Gerais (64,8%) e Goiás (67,1%).

É bom lembrar que, diante da necessidade de caixa, algumas usinas já devem ter retomado a moagem, por mais que os canaviais não tenham alcançado o estágio de desenvolvimento fisiológico ideal para o corte. Igualmente, alguns produtores deixaram cana bisada no campo e podem optar por usufruir dos preços mais elevados.

De qualquer maneira, na terceira semana de março último, o preço do etanol hidratado foi negociado em termos equivalentes a US$ 0,1499/libra-peso FOB Santos açúcar cru, base em Ribeirão Preto, 167 pontos acima do preço de exportação do açúcar Very High Pol (VHP) em Santos, mantendo, portanto, o incentivo à produção de etanol no início da safra 2019/20. ■



MERCADO DE TERRAS

MAIOR PROCURA, MAS POUCOS NEGÓCIOS

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
BRENO DE LIMA
FELIPPE REIS
Zootecnistas da Scot Consultoria

DEPOIS DE quase três anos de preços praticamente andando de lado e com baixa liquidez, o mercado de terras ameaça esboçar uma reação. Por enquanto, predominam especulações, sem haver concretização dos negócios realizados. De qualquer forma, a maior procura por terras indica uma melhora do ânimo dos compradores, com mudança no quadro conjuntural.

A forte valorização da soja no mercado brasileiro em 2018 – em função da alta do dólar –, o aumento das exportações para a China e as expectativas melhores para a economia nacional trouxeram entusiasmo e aumento das consultas para a compra ou o arrendamento de terras na agricultura.



SHUTTERSTOCK

Em alguns estados, como é o caso de Tocantins, Bahia, Espírito Santo e Pará, as notícias de investimento em infraestrutura alavancam a procura por terras. As reformas e as melhorias nas estradas e nas ferrovias estimulam e valorizam as terras para a agricultura e a pecuária.

Por outro lado, os investidores ainda estão receosos quanto ao rumo dos negócios no País. Ou seja, se, por um lado, as especulações aumentaram; por outro lado, o volume de negócios concretizados ainda deixa a desejar.

A precificação das terras decorre de diversos fatores mais genéricos, tais como a proximidade da malha viária, o grau de tecnificação das propriedades, a produtividade da região, as culturas predominantes, as agroindústrias, os portos, o relevo e o solo, dentre outros. Já a determinação do valor negociável de um imóvel rural leva em conta caraterísticas específicas de cada propriedade e, normalmente, é realizada por um avaliador.

No caso das áreas arrendadas para a produção de grãos, em regiões onde a agricultura está consolidada, o aluguel gira em torno do valor de 12 sacas de soja por hectare. Esse número pode chegar à faixa de 15 a 17 sacas por hectare em áreas com melhores infraestrutura e fertilidade do solo.

Para terras de pastagem no Brasil Central, por exemplo, as referências de preços de arrendamento variam entre R$ 25,00 e R$ 30,00 por cabeça bovina, porém a procura é menor quando em comparação a terras para agricultura.

As próprias variações nos preços pedidos pelas terras de pastagem colocadas à venda foram menores quando comparadas às altas observadas nos pedidos por terras de agricultura. Isso considerando que, em muitos casos, houve estabilidade nas áreas de pastagem em comparação ao levantamento de novembro de 2018.

EXPECTATIVAS

A expectativa é de uma maior movimentação no mercado de terras neste ano, porém de mais procuras e consultas do que negócios efetivados. Acompanhar o ritmo das políticas de reformas implementadas no País e o desenrolar da produção nacional na safra 2018/19 é um ponto fundamental, pois tais temas podem impactar o mercado de terras nos próximos meses.

Um item importante é a queda no preço da soja em 2019. Trata-se de um cenário diferente do de 2018. Essa situação pode impactar o mercado de terras. O estado de ânimo do investidor pode diminuir. Afinal, esse grão é o carro-chefe da agricultura brasileira e balizador dos preços de terras agrícolas, que, em muitos casos, são, inclusive, negociadas em sacas de soja.

Para 2020 em diante, espera-se uma maior consolidação de negócios com terras no País, mas isso dependerá do grau de recuperação da nossa economia. ■

PREÇOS MÉDIOS DAS TERRAS COM PASTAGEM E AGRICULTURA POR ESTADO
(R$/HECTARE)

REGIÕES/ESTADOS	2018*		2019**		Variação 2019/2018 (%)	
	Pastagem	Agricultura	Pastagem	Agricultura	Pastagem	Agricultura
NORDESTE						
Bahia	3.684	5.634	3.700	5.684	0,43%	0,89%
Maranhão	3.040	6.375	3.060	6.450	0,66%	1,18%
Pernambuco	8.950	11.625	8.975	11.900	0,28%	2,37%
Piauí	2.140	4.800	2.150	4.867	0,47%	1,40%
NORTE						
Pará	4.034	5.150	4.083	5.317	1,21%	3,24%
Rondônia	4.450	5.663	4.525	5.800	1,69%	2,43%
Tocantins	4.588	6.250	4.663	6.325	1,63%	1,20%
CENTRO-OESTE						
Goiás	9.967	17.484	10.033	17.550	0,67%	0,38%
Mato Grosso	5.100	12.275	5.175	12.663	1,47%	3,16%
Mato Grosso do Sul	7.640	19.225	7.670	19.363	0,39%	0,72%
SUDESTE						
Espírito Santo	11.100	14.660	11.160	14.740	0,54%	0,55%
Minas Gerais	8.217	12.925	8.242	12.975	0,30%	0,39%
Rio de Janeiro	10.260	12.600	10.260	12.640	0,00%	0,32%
São Paulo	21.046	28.993	21.154	29.320	0,51%	1,13%
SUL						
Paraná	12.640	28.440	12.810	28.980	1,34%	1,90%
Rio Grande do Sul	8.630	22.057	8.686	22.115	0,65%	0,26%
Santa Catarina	14.400	31.560	14.540	31.780	0,97%	0,70%

*Referência: novembro de 2018
**Referência: fevereiro de 2019
Fonte: Scot Consultoria



COMO PODEMOS ALIMENTAR MAIS PESSOAS USANDO A MESMA ÁREA DE PLANTIO?

Sementes que garantem um bom cultivo. Tecnologias que contribuem para a produtividade no campo. Informações que ajudam nas decisões para a próxima colheita. Contamos com os agricultores para sustentar o mundo, e eles podem contar com a gente. Saiba mais em Corteva.com.br

CONTINUE CRESCENDO.


CORTEVA™
agriscience
Divisão Agrícola da DowDuPont

ACORDOS COMERCIAIS

O AGRO E OS MERCADOS ASIÁTICOS

CELIANO PLOCHARSKI DA CUNHA
Mestre em Agronegócio pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

ANGELO COSTA GURGEL
Coordenador do Mestrado Profissional em Agronegócio (MPAgro) da FGV-EESP

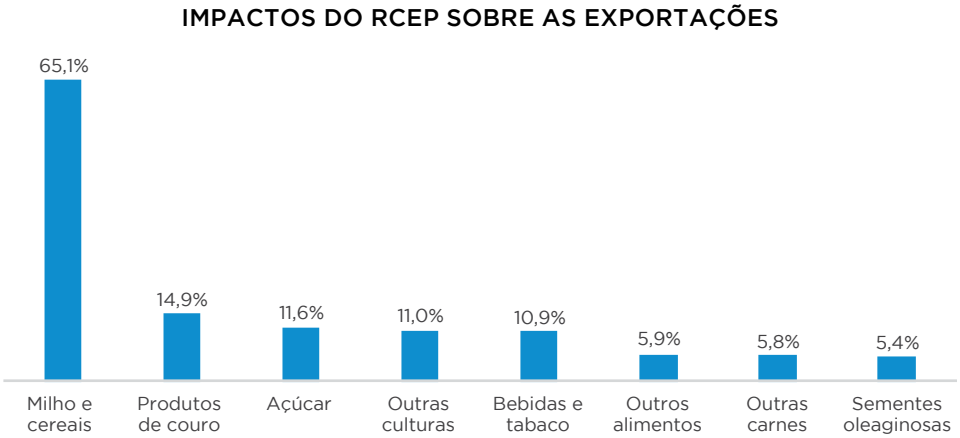
OS ATUAIS ventos liberais apresentados pelo novo governo deveriam soprar o agronegócio brasileiro na direção da Ásia. Lograr maiores ganhos com parcerias e acordos com os países asiáticos tem sido assunto recorrente e defendido por especialistas em questões globais do agronegócio.

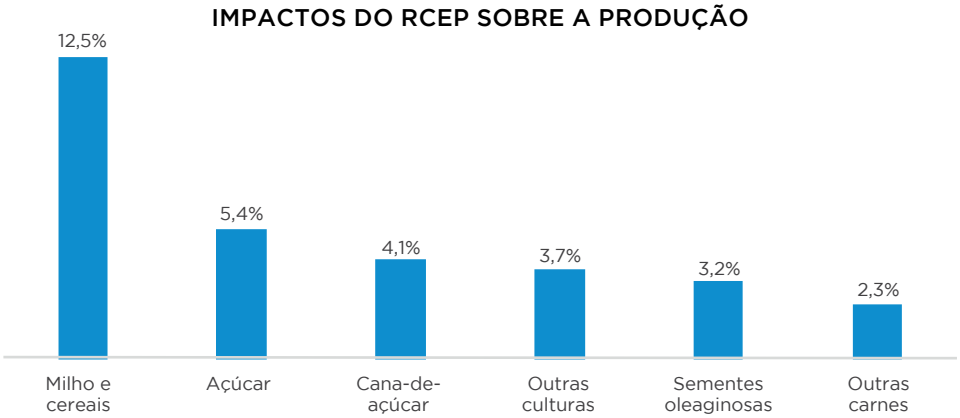
Países estão buscando acordos preferenciais de comércio como solução assertiva para os entraves comerciais, ainda mais diante da inércia e das dificuldades nas negociações internacionais multilaterais. Entretanto, é visível a estagnação do Brasil frente ao dinamismo do mercado e à agilidade dos agentes nele inseridos. As iniciativas da Rodada Doha, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e do acordo com a União Europeia foram, até o momento, a estratégia da política comercial brasileira, com pouco ou nenhum sucesso logrado.

Estima-se que o aumento da demanda por alimentos pela Ásia estabeleça desafios para o comércio internacional. Países daquele continente já são, ou serão, os futuros grandes demandantes de alimentos, como Japão, China, Coreia do Sul e Índia. O Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), que inclui China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Austrália e Nova Zelândia mais os membros da Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) – Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Myanmar, Laos e Cambodja –, encontra-se entre os maiores acordos preferenciais de comércio em negociação no mundo. Esse acordo é singular, visto que tem como participantes China e Índia, países-chave para o comércio mundial, já que não são membros de outros acordos dessa proporção.

Assim, que oportunidades o Brasil perde por não se envolver em tal acordo? Se o Brasil entrasse no RCEP, isso produziria um cenário promissor ao agronegócio brasileiro? Haveria efeitos positivos sobre as variáveis macroeconômicas brasileiras? Com o objetivo de entender os potenciais impactos de uma maior integração comercial entre Brasil e a região asiática, pode-se valer de exercícios de modelagem econômica para projetar os efeitos para o País caso ele fizesse parte do RCEP.

Valendo-se de uma dessas ferramentas de modelagem de uso e reconhecimento internacional, oriunda do Global Trade Analysis Project[1], projetou-se que, se o Brasil se engajasse no RCEP, em que as barreiras tarifárias entre os países são 100% eliminadas, tal grau de abertura proporcionaria um aquecimento da economia, injetando US$ 2,416 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB), impacto semelhante, em termos relativos, ao que outros países participantes perceberam, como a China, a Austrália e a Nova Zelândia. Já os impactos do ensaio de um acordo do Brasil com o Trans-Pacific Partnership (TPP) – mais discutido por especialistas brasileiros – seriam três vezes menores. Concomitantemente, o Brasil deixaria de realizar quase US$ 1 bilhão em negócios e eficiência no uso dos seus recursos enquanto assistisse passivamente à conclusão do RCEP. Esses efeitos negativos sobre o PIB brasileiro serão menores (U$ 210 milhões) caso haja entendimento entre





os membros do TPP. O TPP é uma iniciativa de acordo de livre-comércio entre onze países: Canadá, México, Japão, Brunei, Malásia, Cingapura, Vietnã, Austrália, Nova Zelândia, Peru e Chile. Será um ponto paradigmático no sistema de comércio internacional, causando impactos econômicos e regulatórios sobre inúmeros países.

IMPACTOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES

Fazendo parte do RCEP, a pauta de produtos do agronegócio brasileiro teria as suas exportações aumentadas em 7,7%, o que equivale a uma adição de US$ 7,20 bilhões às exportações do agro. Os setores de milho e cereais, produtos de couro, açúcar e outras culturas (principalmente café) e outros setores do agronegócio veriam um acentuado aumento em exportações.

Em termos absolutos, o destaque fica para o açúcar, que teria um acréscimo nas exportações no montante de US$ 1,74 bilhão. No caso de o Brasil apenas assimilar passivamente os impactos do RCEP sobre os produtos do agronegócio, espera-se uma redução nas exportações de óleo vegetal e açúcar de 3,66% e 3,32% respectivamente. Essa posição traz perdas consideráveis à exportação de inúmeros produtos da pauta agroexportadora, incluindo os setores de sementes oleaginosas, algodão e plantas fibrosas.

IMPACTOS SOBRE A PRODUÇÃO

Uma maior abertura comercial em relação aos países asiáticos traria para os setores do agronegócio um aumento no valor da produção de cerca de US$ 5,1 bilhões. As cadeias de milho e cereais,

açúcar, outras culturas, sementes oleaginosas e outras carnes (aves e suínos) são as mais beneficiadas com o RCEP.

A presença do agronegócio brasileiro no mercado mundial é primordial para garantir a segurança alimentar ao mundo. Em relação à economia nacional, a exportação e a produção do agronegócio colaboram com a continuidade e a expansão das reservas internacionais, a liberdade da política monetária, o aumento do PIB do interior do País e o controle da inflação.

O exercício de simulação revela que a apatia brasileira nos acordos comerciais gera decréscimo de exportações e produção. Destaca-se que a entrada no comércio da Ásia – que, nessa ocasião, foi ponderada por meio de um acordo de redução total das barreiras comerciais com os integrantes do RCEP – oferece uma oportunidade de ganhos ao Brasil e é nomeadamente um mercado instigante para o agronegócio brasileiro. Desta forma, recomenda-se um empenho contínuo dos setores do agronegócio, da política comercial e da diplomacia brasileira em prol de iniciativas de aproximação aos países asiáticos. Cabe a construção de propostas de políticas comerciais condizentes às dinâmicas mundiais e que, assim, atendam as demandas dos setores do agro e, ainda, viabilizem o crescimento econômico do Brasil. ■

1 https://www.gtap.agecon.purdue.edu



SHUTTERSTOCK

CACHAÇA

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA INDÚSTRIA NO BRASIL

TALITA PRISCILA PINTO
Pesquisadora do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro)

BEBIDA GENUINAMENTE brasileira, a cachaça tornou-se uma marca nacional reconhecida em todo o mundo. O destilado, originado do caldo fresco de cana-de-açúcar, é considerado bebida nacional do Brasil por Decreto Federal e patrimônio cultural de Minas Gerais e patrimônio histórico e cultural do Rio de Janeiro por Leis Estaduais. Apesar de contar com uma longa trajetória de relevância histórica, econômica e cultural, o setor ainda tem um longo caminho a percorrer. Começou a se organizar e atingir reconhecimento institucional apenas nos últimos anos e, até hoje, enfrenta grandes desafios para eliminar a informalidade, se regularizar, manter um processo produtivo padronizado e atingir o mercado consumidor internacional.

A cachaça, que é diferenciada em artesanal (de alambique, com destilação conhecida como descontínua) e industrial (com destilação contínua, que também é conhecida como coluna), compõe o mercado nacional de bebidas alcoólicas juntamente a outros destilados, vinhos, cervejas e chopes. Em relação à aguardente, a informalidade dificulta ainda mais o levantamento de dados que consigam retratar a realidade do setor. Segundo o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC), a capacidade instalada de produção da bebida gira em torno de 1,4 bilhão de litros, produzidos por cerca de 40 mil produtores, e, nesse processo, são gerados mais de 600 mil empregos direta e indiretamente. Além disso, há mais de 4 mil marcas disputando esse mercado, que movimenta cerca de R$ 7 bilhões ao ano ao longo de toda a sua cadeia produtiva.

Os números são grandiosos, entretanto poderiam ser ainda maiores se o setor conquistasse de maneira mais definitiva o mercado internacional. Apenas 1% de tudo o que é produzido anualmente é exportado. O que se nota, portanto, é que a produção nacional de cachaça é pulverizada, tem grande aspecto artesanal e ainda apresenta um produto essencialmente doméstico, pouco consumido fora do Brasil. De modo geral, a existência de muitos produtores, a falta de padronização e a ausência de organizações e entidades representantes dificultam o acesso mais expressivo ao mercado internacional.

Além disso, com a produção voltada quase na sua totalidade para o mercado interno, a indústria fica vulnerável ao desempenho da economia brasileira, já que o nível de renda dos consumidores tem influência direta na demanda pelo produto. Em momentos de crise econômica, o consumo da bebida sofre retração.

SHUTTERSTOCK



Mas, antes mesmo de vencer os desafios em relação ao mercado internacional, é necessário contornar os obstáculos domésticos. Há muitos impactos negativos associados à produção clandestina, a começar pelos danos que podem ser causados à saúde do consumidor e ao meio ambiente. Já as destilarias com registro devem seguir protocolos sanitários a fim de garantir que o produto não ofereça riscos ao consumo humano e à natureza. Além disso, a clandestinidade também abre espaço para a geração de empregos informais e concorrência desleal, promove evasão fiscal e prejudica a sociedade como um todo.

Uma dificuldade em combater a informalidade está relacionada às altas cargas tributárias que incidem sobre o setor. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), os impostos cobrados da indústria de cachaça representam cerca de 81,9% do preço de venda da bebida. A fim de suavizar o problema, um passo importante foi dado em 2017: micro e pequenas destilarias foram incluídas no Simples Nacional, um regime tributário que facilita o recolhimento de contribuições para empresas cuja renda bruta anual é de até R$ 4,8 milhões. As alíquotas sobre pequenos produtores são reduzidas e variam de 4,5% a 30,0% de acordo com seu faturamento.

Apesar disso representar um avanço, o problema ainda persiste, já que médios e grandes produtores continuam enfrentando as altas cargas tributárias impostas sobre a categoria. Portanto, há uma necessidade eminente de revisão dos impostos incidentes sobre o setor para viabilizar o seu crescimento. Também são necessários esforços no sentido de regulamentar e promover a importância da cachaça no Brasil e no mundo, com ações de divulgação do destilado, mapeamento de novos mercados e redução das barreiras de negócios.

Além disso, voltando-se novamente para o mercado externo, poderiam ser adotadas medidas como a evolução de normas de controle seguindo os padrões internacionais. O Governo pode trabalhar em conjunto com produtores para a criação de um conselho regulador da cachaça, a fim de trazer maiores regulamentação e credibilidade ao produto nacional. Não seria a primeira vez em que esse tipo de medida é adotado. Em meados dos anos 90 do século passado, em conjunto com produtores de tequila, o governo mexicano criou o Conselho Regulador da Tequila (CRT). Trata-se de uma organização privada e sem fins lucrativos que busca promover a cultura e a qualidade da bebida local. O que se viu foi um salto da produção de 104 milhões de litros, em 1995, para 211 milhões de litros, em 2017 – um incremento de 102,9%.

O contraste entre o desempenho de cada uma das bebidas é grande. Contudo, com maior articulação e ações integradas entre os diversos órgãos atuantes no setor da cachaça, estrutura de governança da cadeia produtiva, revisão da carga tributária, combate à informalidade e ampliação de esforços para promover internacionalmente a cachaça como produto exclusivo do Brasil, é possível tornar o setor mais forte e sustentável. Embora as dificuldades sejam muitas, a cachaça tem um potencial tão grande quanto o da tequila para ganhar mercados e ser certificadamente reconhecida como bebida tipicamente nacional. ■

DESEMPENHO DA CACHAÇA BRASILEIRA E DA TEQUILA MEXICANA NO MERCADO EXTERNO EM 2017

ITENS	Cachaça	Tequila
Volume exportado em milhões de litros	8,7	211,0
Parcela da produção exportada	1,0%	70,0%
Crescimento das exportações em relação a 2016	4,3%	7,1%
Número aproximado de países de destino da bebida	60	120
Número de países que reconhecem a indicação geográfica da bebida*	3	46

*Quantidade de países que reconhecem por lei que a cachaça é um produto brasileiro e a tequila é um produto mexicano
Fonte: IBRAC; CRT

INSUMOS AGROPECUÁRIOS

RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 100/97

RENATO CONCHON
Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O CONVÊNIO ICMS nº 100/97 é importante para garantir que os produtores rurais tenham acesso a insumos agropecuários com preços mais competitivos quando comparados aos dos concorrentes internacionais.

As recorrentes iniciativas de não renovar esse dispositivo não mensuram o quanto essa medida influenciaria de forma negativa os agentes econômicos, por meio da corrosão da rentabilidade, da redução dos investimentos, dos impactos econômicos e sociais e da instabilidade jurídica para os investidores.

A não renovação desse Convênio será bem perversa para o agronegócio brasileiro. O seu questionamento decorre da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.553, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Já a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) impetrou um processo para defender a manutenção do Convênio.

O Convênio é aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). A sua prorrogação deve ser aprovada por unanimidade. São os secretários das Secretarias da Fazenda Estaduais quem votam pela manutenção ou não do benefício. O Convênio está válido até o dia 30 deste mês, ou seja, a partir dessa data, caso não seja prorrogado, aplicar-se-ão as alíquotas das regras gerais nas operações internas ou interestaduais.

BASE DE CÁLCULO DO ICMS NO CONVÊNIO Nº 100/97

Nas operações interestaduais:

- Reduz em 60% a base de cálculo nas saídas interestaduais de produtos como inseticidas, fungicidas, herbicidas, nematicidas, dessecantes, espalhantes, inibidores do crescimento, vacinas, soros, medicamentos, rações para animais, *premix*, calcário, gesso, sementes, sal mineral, mudas, entre outros. Quando aplicada a redução de 60% sobre as operações de 12% e 7% (a depender dos estados de origem e destino), a carga tributária é reduzida, respectivamente, para 4,8% e 2,8%.
- Reduz em 30% a base de cálculo nas saídas interestaduais de produtos como farelo de soja, canola, milho etc. quando destinados à fabricação de ração animal. Quando aplicada a redução de 30% sobre as operações de 12% e 7%, a carga tributária é reduzida, respectivamente, para 8,4% e 4,9%.

Nas operações internas, atualmente, os estados aplicam a isenção para os produtos citados. Cada um pode aplicar uma alíquota interna de acordo com seu Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (RICMS). Em geral, as alíquotas são de 12%, 17% ou 18%.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Atualmente, existem muitas medidas que preveem alterações na legislação tributária em tramitação tanto no Congresso Nacional, quanto nas Assembleias Legislativas estaduais. Todos esses processos devem ser acompanhados com atenção e cuidado pelo agronegócio.

No caso do Convênio ICMS nº 100/97, o trabalho realizado pela CNA levantou indicadores econômicos dos estados para nortear as discussões sobre a renovação do Convênio, como a capacidade de pagamento das dívidas, as situações fiscais de endividamento, a relação entre as despesas com pessoal, a Receita Líquida Corrente (RLC) e a relação entre a dívida total e a RLC. O documento apresenta, também, simulações sobre o choque nos custos de produção dos produtores rurais caso o Convênio ICMS não seja renovado.

Desta maneira, foi feita uma avaliação dos impactos que se darão sobre a produção agropecuária e a economia nacional. Espera-se uma sensibilização dos poderes Executivo e Legislativo nos planos federal e estaduais para a manutenção desse benefício. Devemos sempre lembrar que as cadeias produtivas do agronegócio representam 22% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, empregam 32% da mão de obra e são o setor responsável por 44% das exportações.

A recente queda da taxa básica de juros (Selic) para os níveis mais baixos da sua história reflete uma administração competente para controlar a taxa de inflação abaixo da meta estipulada pelo Banco Central. Essa trajetória de queda no índice, entre outros fatores, pode ser atribuída à menor pressão ocorrida na cesta básica de alimentos. Essa oferta pródiga das safras nacionais resulta dos altos investimentos realizados pelos produtores rurais em pacotes tecnológicos arrojados.

A continuidade dos investimentos no agro depende diretamente do grau de rentabilidade auferido pelos produtores rurais brasileiros. Se a proposta de não renovação avançar, serão colocadas em risco e comprometidas a renda e a capacidade de investimentos futuros no campo. Outros indicadores macroeconômicos também ficarão contaminados, como inflação, juros e câmbio, além da balança comercial, cujo alicerce básico está justamente no agronegócio.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possuía 5.175.636 estabelecimentos agropecuários. Destes, 1.553.455 (30%) declararam que utilizam agroquímicos, sendo que 749.471 deles (48,2%) têm entre 1 e 5 hectares de lavouras. Isso mostra que a utilização da tecnologia como fator para alavancar a produtividade ocorre em todos os estratos fundiários do País. Ainda de acordo com o Censo, depois dos gastos com salários, defensivos e adubos representam as maiores despesas.

Em resumo, o impacto que uma possível não renovação do Convênio ICMS nº 100/97 oferece ao setor agropecuário brasileiro significa, de acordo com a CNA, uma ampliação da carga tributária de 0,61%. Com isso, a carga tributária total do Brasil atingiria aproximadamente 33,04% do PIB. O setor deverá posicionar-se quanto a cada uma das propostas feitas tanto ao poder Executivo nos planos federal e estaduais, quanto ao Congresso Nacional. ■

PROPOSTA	Aumento da carga tributária	Impacto sobre a carga tributária
Convênio ICMS nº 100/97	R$ 39.994.102.595,11	0,61%



SHUTTERSTOCK

PLANO SAFRA 2019/2020

QUAIS PONTOS ESTÃO PESANDO NAS NEGOCIAÇÕES?

DA REDAÇÃO

COMO A disponibilidade de crédito rural a taxas de juros controladas não consegue acompanhar a demanda dos produtores, seja em bancos ou mercado de capitais, o crédito privado tende a assumir uma atribuição maior como fonte de financiamento para o agro. Além disso, o setor precisa de instrumentos para minimizar os riscos envolvidos no negócio. O mercado futuro e o seguro rural aparecem como dois caminhos para essa transição.

Existe uma concordância geral sobre a importância de não ocorrerem novas negociações de dívida com ônus para o Estado. As autoridades governamentais estudam mecanismos para auxiliar as operações de *hedge* nos mercados de opções e futuro pelos produtores – o que permite a estes fixarem, no início da safra, o preço de venda de seus produtos. Mais complexas, essas práticas exigem treinamento, pois representam a introdução de uma nova cultura de gestão. Além disso, exigem, por parte do Governo, regulamentação na forma de fixar preços, no estabelecimento de valores mínimos para comercialização e no pagamento de prêmios. É preciso haver um arcabouço institucional bem definido para evitar a contaminação desse processo por ações especulativas.

A ideia para o fortalecimento dos mercados de contratos agrícolas de opções e de futuros é importante para a proteção dos acordos definidos em contrato, das dívidas ou do fluxo de caixa do negócio contra a variação de preço, câmbio ou outro tipo de risco. Trata-se de um instrumento que proporciona previsibilidade para os balanços das empresas rurais.

A minimização da percepção de risco da atividade do agro implica, também, o aprimoramento das práticas de governança, gestão e sucessão, capazes de garantir a sustentabilidade do negócio no longo prazo. As informações contábeis, a auditoria e o monitoramento gerencial, com a definição de planos e orçamentos, são vitais para avaliar a saúde financeira da empresa. Isso representa, por exemplo, atributos para uma companhia de seguro fazer a precificação dos prêmios (valor pago pelo seguro).

Ainda que lentamente, já começaram a surgir no mercado casos de subvenção das operações de *hedge* para proteção contra oscilações de preço, tão comuns na agricultura mundo afora. Tem-se, ainda, o Fundo de Aval Solidário, uma espécie de fundo garantidor que conta com a participação de produtores e seus fornecedores (bancos, *tradings*, agroindústrias etc.), que se responsabilizam por honrar os compromissos financeiros assumidos por seus membros.

Provavelmente, a maior expectativa e a maior novidade do Plano Safra estarão no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que reduziu muito nessa década, com a meta de elevar os recursos de R$ 440 milhões para R$ 1 bilhão entre as safras 2018/19 e 2019/20.

PLANO SAFRA 2019/2020

Estão em curso as negociações sobre o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para a safra 2019/20 entre as autoridades do Governo e as lideranças do agro. Com todas as dificuldades existentes, o setor apresenta um vigoroso crescimento em termos do tamanho da colheita, do aumento na área plantada e de ganhos de produtividade. Isso implica mais demanda por crédito para custeio, investimento e comercialização, enquanto a disponibilidade de recursos está limitada pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, que estabelece o teto dos gastos públicos.

Na safra 2018/19, foram disponibilizados R$ 191,1 bilhões para a agricultura empresarial e R$ 31,0 bilhões para a agricultura familiar, totalizando R$ 222,1 bilhões. O Governo teve de fazer um remanejamento das verbas para atender as linhas de crédito com maior demanda, como no caso do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Com isso, aquele montante programado deverá ser executado.

O ambiente econômico de taxa básica juros (Selic) de 6,25% ao ano – a menor da série iniciada em 2016 –, de taxa de inflação abaixo do centro da meta – fixada pelo Governo em 4,25% até o final do ano – e de previsão do Comitê de Política Monetária (Copom) que projeta uma taxa de câmbio de R$ 3,70 para este ano e de R$ 3,75 para 2020 melhora a previsibilidade futura e cria um ambiente de inovação tanto no mercado de crédito, quanto no seguro para o setor.

Esse ambiente melhora a previsibilidade futura e cria um ambiente de inovação tanto no mercado de crédito, quanto no seguro para o setor. O desafio consiste em manter e ampliar os financiamentos com taxas de juros controladas mais baixas do que a média dessa temporada, de 7% ao ano. Outro empenho está em ofertar crédito livre a taxas de juros de até 9% em operações com a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA).

TRANSIÇÃO NO MODELO

A oferta nas operações de crédito rural direcionadas, com taxas de juros reais negativas (abaixo da taxa de inflação), não consegue acompanhar a demanda provocada pelo ritmo de crescimento do agro. Desde a safra 2006/07, o ciclo é mais expansionista na produção por causa dos ganhos de produtividade do que pelo aumento da área cultivada. Essa intensificação da tecnologia exige maior capital de giro para custear e investir na produção.

Na safra 2018/19, o Banco Central reduziu o nível de exigibilidade na utilização dos recursos do depósito à vista de 34% para 30%, enquanto fontes oriundas da poupança caíram de 64% para 60%. Os analistas calculam que essas medidas retiraram do mercado R$ 18 bilhões nas dotações direcionados para financiar os produtores. ■

SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS

Os relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com frequência, mostram como as principais nações do mundo praticam políticas de subsídios para estimular a produção agropecuária em nome da segurança alimentar. Esse procedimento pode ser considerado como natural, tendo em vista a importância estratégica de os países manterem sob controle sua autossuficiência numa questão prioritária para toda a sociedade.

As nações mais populosas costumam resistir a abrir mão dessas políticas. Essa é a principal razão para explicar o fracasso das negociações da Rodada Doha, iniciada em 2001, com previsão de término para 2005. A intenção era tornar as regras de comércio mais livres, de modo que os países em desenvolvimento realizassem acordos para descerrar seus mercados. Infelizmente, os esforços feitos para a retomada desse trabalho não tiveram progresso. Neste momento, o olhar é de preocupação nessa guerra comercial entre Estados Unidos e China, pela sua repercussão na economia mundial.

Quando se comparam os subsídios entre países, a posição brasileira é bem privilegiada. Na média dos 51 países-membros da OCDE, entre 2015 e 2017, os subsídios corresponderam a 18% da receita bruta dos produtores, enquanto, no Brasil, correspondem a 2,7%. Somente a Nova Zelândia apresenta uma taxa mais baixa. Nesse sentido, a ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, está coberta de razão ao defender que as medidas de cortes no agro não podem ser radicais.

No Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil não enfrenta contenciosos de outros países com relação à tomada de medidas protecionistas. Os problemas encontrados são mais de ordem sanitária, que podem ser administrados mesmo em situações mais complicadas, como na operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal.

EMBRAPA

AGRICULTURA MOVIDA A CIÊNCIA

SEBASTIÃO BARBOSA
Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)



O SUCESSO do agronegócio brasileiro e a sua importância para a sustentação da economia nacional fazem parte do senso comum de boa parte da população. O agro está presente na vida do brasileiro: no que escolhe para comer, beber, vestir e se movimentar; nos móveis e nos objetos da sua casa e do seu local de trabalho; na sua saúde e no seu bem-estar. Talvez, muitos não saibam que a revolução feita nos últimos quarenta anos na agropecuária nacional foi movida por um combustível essencial: o conhecimento científico.

A Ciência nacional gerou conhecimentos e tecnologias que se transformaram em inovações de impacto no campo. Universidades, instituições estaduais de pesquisa e de assistência técnica, empresas privadas e fundações tiveram um papel importante. Primeiro, na adaptação para o clima tropical de práticas que deram certo nos países desenvolvidos. Segundo, na geração de cultivares, equipamentos, sistemas de cultivo e produtos voltados para a realidade brasileira, muitas vezes em biomas específicos.

Foram soluções tecnológicas que fizeram – e muitas ainda fazem – a diferença no aumento da produção e da produtividade dos nossos cultivos e criações, possibilitando ganhos de competitividade no concorrido mercado internacional, o que incomoda os nossos principais competidores. Muito dessa revolução silenciosa, que só se tornou visível para o grande público nos últimos anos, teve a participação de um contingente de cientistas e técnicos da Embrapa e de várias instituições parceiras.

A pesquisa pública, mesmo com as suas dificuldades econômicas que afetam o governo federal, não perde o seu papel estratégico. A Embrapa, que mantém centros de pesquisa e laboratórios voltados para genética e melhoramento de soja, milho, trigo, aves, carne, leite, café e arroz, continua

EMBRAPA CELEBRA 46 ANOS

Hoje referência em ciência e tecnologia para a agricultura na faixa tropical, o País é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, capaz de exportar para cerca de 190 países. O nosso agronegócio contribui com mais de 20% para o Produto Interno Bruto (PIB).

Concebida em 1973, a Embrapa, que completa neste mês 46 anos, conta com uma equipe de 2.405 pesquisadores, atuando em diferentes redes e em parceria com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, com foco na pesquisa, no desenvolvimento e na inovação da agropecuária.

Essa atuação está organizada nos 42 centros de pesquisa, em que se encontram laboratórios, campos experimentais e equipes de alto nível, distribuídos pelo território nacional, gerando pesquisas de impacto sobre a produção agrícola, contribuindo na formulação de políticas públicas e avançando no conhecimento, inclusive, em outras áreas, como na da Saúde. Esse patrimônio é da sociedade brasileira.

a oferecer cultivares e raças de animais cada vez mais produtivas e com mais resistência a pragas e doenças. Ao mesmo tempo, continua investindo em frentes que não despertam o interesse da iniciativa privada, como na agricultura de base familiar e em alimentos básicos da população brasileira.

INDEPENDÊNCIA CIENTÍFICA E RESULTADOS

A independência científica da Embrapa permite que ela dê atenção permanente a áreas ainda sem interesse comercial. Foi assim quando, há trinta anos, cientistas visionários da Embrapa iniciaram os primeiros projetos de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), com tecnologia típica nacional, capaz de produzir safras sucessivas de soja, algodão, milho e pastagem/gado e promover reserva para os anos seguintes com produção florestal.

Outros exemplos são o desenvolvimento do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) e a consolidação da produção de trigo no Planalto Central com cultivares produtivas e resistentes a estresses bióticos e abióticos. Essa é a grande fortaleza do trabalho da pesquisa agropecuária: gerar conhecimentos para mudar ou aperfeiçoar os sistemas de produção, que são colocados à disposição de toda a sociedade.

A Embrapa e os seus parceiros precisam continuar oferecendo oportunidades para a evolução da agricultura brasileira. A Ciência Agropecuária tem um papel fundamental na geração de conhecimento e tecnologia, mas somente a assistência técnica e a extensão rural poderão fazer essa ponte direta com o produtor rural e transformar o conhecimento gerado em inovação de verdade. E é no Nordeste, especialmente no Semiárido, que se concentram os maiores indicadores de pobreza rural da agricultura familiar, para a qual enxada ainda é a única tecnologia disponível.

Para ampliar a sua efetividade, a assistência técnica precisará estruturar-se por meio de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais que atendam as diferentes realidades da nossa agricultura e permitam apoiar ainda mais os agricultores organizados em cooperativas ou associações (como o Sul mostrou ser possível). Há que se enfrentar as diferentes imperfeições de mercado presentes no nosso País: no acesso ao crédito, na energia elétrica, na educação de qualidade, nas técnicas de irrigação, nos monopólios para a venda de produtos agrícolas e nos oligopólios para a compra de insumos.

A pesquisa agropecuária continua gerando bons resultados. Temos soluções para oferecer aos agricultores de todo o Brasil. Revemos as nossas formas de atuação e estruturas para interagir mais com o setor produtivo. Buscamos ser mais ágeis para colocar os nossos resultados a serviço dos produtores. Mas, precisamos de apoio continuado para seguir contribuindo com o desenvolvimento e a economia do Brasil. A pesquisa pública necessita de apoio e parceria, até mesmo para garantir que a assistência técnica brasileira cumpra o seu verdadeiro papel. ■

Em quatro décadas, a pesquisa agropecuária no Brasil contribuiu para aumentar em:

3 vezes a produtividade da cafeicultura;

5 vezes a produção de grãos;

59 vezes a produção de carne de frango;

100% o rebanho bovino (com diminuição relativa da área de pastagens);

140% a produtividade do setor florestal;

240% a produção de trigo e milho; e

315% a produção de arroz.

SHUTTERSTOCK



TRIGO MAIS COMPETITIVO

COMPARTILHANDO CONHECIMENTO E GERANDO VALOR

Defender os interesses da indústria moageira é o principal objetivo da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo). "Somos o elo entre o campo e a indústria de transformação, com a missão de promover um ambiente de negócios equilibrado. Empenhamo-nos em integrar toda a cadeia produtiva de trigo no Brasil, estimulando as melhores práticas, compartilhando conhecimento e gerando valor para a atividade", comenta o presidente do Conselho Deliberativo da Abitrigo, Marcelo Vosnika.

Para atender de modo mais amplo esse propósito, a Associação lançou, em junho de 2018, o seu projeto de modernização. Sob o lema "A força do nosso moinho", esse novo posicionamento da entidade parante o mercado apoia-se nos pilares **Representação** e **Conhecimento**. "É a consolidação de um processo iniciado em 2016 e que visa transformar a Abitrigo em uma associação ainda mais atuante, presente e transparente", pontua Vosnika.

No que se refere à **Representação**, a entidade reforçou as suas ações de articulação institucional, mantendo uma agenda de intensa atividade ao longo do último ano. Com assento em diferentes órgãos colegiados dos setores privado e público, a entidade participou de discussões junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), à Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), entre outros. Além disso, a Abitrigo interage com diferentes organismos internacionais e, em 2019, passou a integrar a Asociación Latinoamericana de Industriales Molineros (ALIM), órgão representativo dos moageiros na América Latina.

Ainda no último exercício, como forma de fortalecer o relacionamento com associados e sindicatos, a entidade visitou moinhos em Santa Catarina e Minas Gerais e participou de reuniões e eventos promovidos por diferentes entidades setoriais no Paraná e em Pernambuco. Por sua vez, por meio do projeto Giro do Trigo, representantes



Marcelo Vosnika, presidente do Conselho Deliberativo da Abitrigo

da Associação participaram de reuniões e visitas técnicas nas regiões de Mar del Plata e Bahía Blanca, na Argentina.

No pilar **Conhecimento,** sobressai a criação do projeto Estatísticas, que conta com parceria do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro). "O projeto nasceu com o intuito de consolidar informações consistentes e seguras sobre a nossa indústria", afirma Vosnika. Também com esse objetivo, em 2018, foi atualizada a cartilha "O uso correto dos agrotóxicos na cultura do trigo" e foi lançado o título "Micotoxinas no Trigo", material elaborado em parceria com a Embrapa Trigo, unidade descentralizada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Também foram fundamentais para esse escopo de trabalho as parcerias com a U.S. Wheat Associates, o Sindicato dos Industriais de Panificação e Confeitaria de São Paulo (Sampapão), o Instituto SENAI de Tecnologia e o Grande Moinho Cearense para promover cursos de qualificação, que, juntos, atenderam 78 profissionais e 28 empresas.

A Abitrigo reforçou as iniciativas de promoção do consumo responsável de farinha de trigo do Brasil com o lançamento da campanha #trigou nas redes sociais, mobilizando mais de 1,8 milhão de pessoas apenas nos três primeiros meses. Consolida esse trabalho o Congresso Internacional da Indústria do Trigo, um dos mais importantes eventos do setor no mundo e que reuniu mais de seiscentas pessoas do Brasil e do exterior em sua 25ª edição.

De acordo com Vosnika, que encerra o seu mandato à frente do Conselho Deliberativo, a modernização segue como uma das prioridades da entidade. "Esse processo não está finalizado, pois acreditamos que conhecimento, engajamento e inovação são primordiais para a assertividade das decisões, algo fundamental para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro", conclui.

Por uma política estratégica

No âmbito da defesa do setor, o principal ponto de abordagem da Abitrigo para 2019 é a consolidação da Política Nacional do Trigo (PNT), um trabalho que teve início no ano passado e resulta de uma série de reuniões entre a Associação e


Rubens Barbosa, diretor-presidente da Abitrigo

representantes de diferentes *players* da cadeia produtiva. "Sabemos que o maior entrave para o crescimento do setor é a falta de políticas estratégicas. Por isso, lideramos debates envolvendo os *players* do mercado, o Governo e a Academia, para elencar as necessidades da indústria moageira e definir os eixos de uma estratégia setorial que deixe o Brasil mais competitivo na produção de trigo, farinha e derivados", esclarece o diretor-presidente da Abitrigo, o embaixador Rubens Barbosa, ressaltando a importância de se acompanharem de perto as mudanças no ambiente regulatório.

Em 18 de dezembro último, a íntegra do documento foi apresentada à então futura ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina. "É importante municiar o novo governo com informações concretas sobre o setor e as suas necessidades e sensibilizar sobre a importância da definição de regras claras e ações que estimulem o ambiente de negócios. Debatemos questões sobre os ambientes legal e de negócios, abrangendo produção, incentivos fiscais, comércio internacional, logística e infraestrutura. A ministra reagiu com muito entusiasmo à nossa iniciativa", acrescentou o embaixador.

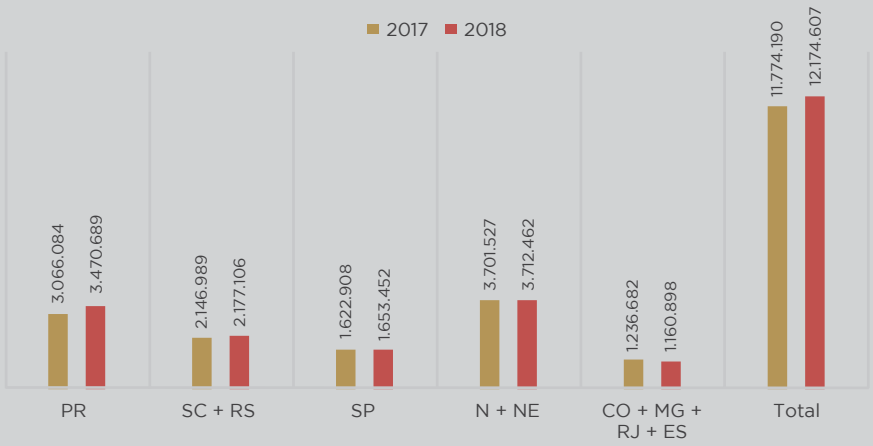
Eixos temáticos da PNT

Dividido em seis eixos temáticos, o documento propõe iniciativas para tornar o Brasil mais competitivo no negócio de trigo, farinha e derivados:

Ambiente legal – estabelecimento de um programa regulatório eficaz, ágil e estruturado, o que é fundamental para a credibilidade do Brasil como fornecedor confiável de alimentos seguros.

Em 2018, o Brasil superou os 12 milhões de toneladas de moagem de trigo, considerando-se o total de 160 moinhos – um acréscimo, portanto, de 3,4% no volume em relação ao do ano anterior. Desse montante de trigo processado nos moinhos brasileiros, nada menos do que 6,8 milhões de toneladas vieram de fora, em especial da Argentina. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o volume produzido nos campos brasileiros em 2018 foi bem inferior: cerca de 5,6 milhões de toneladas.

BRASIL: VOLUME DE MOAGEM POR REGIÃO – 2017 *VERSUS* 2018
(TONELADAS)



Nota: considerado o total de 160 plantas (moinhos associados, não associados e pesquisa de mercado)
Fonte: Abitrigo

BRASIL: IMPORTAÇÃO DE TRIGO POR PAÍS EM 2018
(MILHÕES DE TONELADAS)



*China, França, Líbano, Rússia e Uruguai
Dados: Abitrigo
Fonte: MDIC

Produção – regionalização e especialização da produção de acordo com a demanda do mercado; ampliação da área plantada e diversificação regional; e mais apoio à pesquisa.

Incentivos fiscais – adoção de um mercado livre e autorregulado; políticas públicas que valorizem a eficiência e a segurança alimentar; e revisão dos incentivos fiscais em vigor e da isonomia tributária em toda a cadeia.

Ambiente de negócios – adoção de medidas que ampliem a segurança jurídica e promovam a simplificação e a desburocratização.

Comércio internacional – convergência regulatória e modernização dos processos dos portos e da cabotagem.

Logística e infraestrutura – modernização da estrutura e dos modelos aduaneiros; e investimentos em sistemas de logística, modais e armazenagem. ■



SHUTTERSTOCK

IMPORTÂNCIA TECNOLÓGICA E ECONÔMICA

INOCULANTES NO AGRO

JOSÉ ROBERTO PEREIRA DE CASTRO
Presidente da Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII)

SOLON ARAUJO
Consultor da ANPII

A FIXAÇÃO biológica de nitrogênio (FBN) representa um dos fenômenos mais importantes para a vida na terra. Ao lado da fotossíntese, constitui-se como um dos pilares microbiológicos e bioquímicos para a cobertura do verde vegetal nos solos do mundo, seja em florestas, pastagens ou cultivos para produção de alimentos, fibras e energia. Durante milênios, maciças quantidades de nitrogênio foram recicladas entre a atmosfera e o sistema solo-planta.

A abundância de nitrogênio na aerosfera constitui uma fonte rica de nutrientes para a planta pela aparentemente tão simples reação química entre nitrogênio e hidrogênio: $3H_2 + N_2 \longrightarrow 2NH_3$.

De uma forma quase inerte, o nitrogênio transforma-se em um nutriente vital. Com isso, as plantas formam e desenvolvem a sua estrutura, mediante a captação da luz do sol, com a criação de uma vida plena e diversificada sobre o Planeta.

Assim, durante séculos, cultivos como ervilha na Europa, grão-de-bico no Oriente Médio, feijão nas Américas e soja no Oriente compunham os alimentos proteicos de alto valor nutricional. A eficiência simbiótica com as bactérias fixadoras de nitrogênio (BFNs) faz com que as plantas tenham capacidade para assimilar esse nutriente do ar. Além disso, as bactérias de vida livre ajudam, também, a aportar nutriente no solo. É o hábitat do agro na alimentação da humanidade.

MAIS PRODUTIVIDADE COM MENOR CUSTO

Ao prefixo "agro-" – cuja origem se dá no verbete latino *agru*, que significa "terra cultivada ou cultivável" –, somou-se o termo "*business*" na escola de Harvard, nos Estados Unidos. Aqui, no Brasil, acostumamo-nos a usar de forma mais frequente a expressão "agronegócio". Nessa visão, a FBN passou a ser encarada não só como um fenômeno natural, mas como um insumo precioso para aumentar a produtividade.

A partir do século XIX, tivemos a descoberta e a posterior utilização das BFNs na formulação do produto chamado inoculante. Com benefícios universalmente conhecidos, essa tecnologia agrícola passou a ter largo uso. Os trabalhos de pesquisa, seja no laboratório, na indústria ou no campo, tomaram novos rumos no sentido de torná-lo cada vez mais eficaz e rentável para o agricultor.

No Brasil, a soja representa um caso de sucesso mundial. Como se trata de uma planta leguminosa com elevado teor de proteína, necessita de cerca de 250 quilos de nitrogênio para atingir a produtividade média nacional, em torno de 3.000 quilos por hectare (kg/ha). As lavouras dos melhores agricultores registram produtividades maiores de 5.000 kg/ha, com emprego de dosagens de 400 kg de N/ha.

Para atingir a média da produtividade nacional, seria necessário suprir via ureia o equivalente a 550 kg/ha. Se considerarmos o preço da tonelada desse adubo em R$ 1.200,00, o custo, com 46% de N, seria de R$ 636,00.

Com o emprego do inoculante, o agricultor gastará não mais de R$ 25,00/ha. Portanto, terá uma economia de R$ 611,00/ha, além de contar com a vantagem ambiental de usar um produto natural, não poluente. A esses benefícios, acresce-se, ainda, a economia no transporte. Se se fosse usar ureia em toda a área de soja do Brasil, seriam necessárias 500 mil viagens de caminhões com carga de 30 toneladas cada um pelas nossas precárias e congestionadas estradas. O inoculante, por usar 500 g/ha, incide de maneira irrisória no transporte.

BENEFÍCIOS E GANHOS AMBIENTAIS

Há que se pensar, também, no custo para o País. Cerca de 70% do fertilizante nitrogenado utilizado no Brasil é importado. Cálculos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) demonstram uma economia de cerca de US$ 8 bilhões anuais com o uso de inoculantes na cultura de soja.

Deve-se, também, considerar o ganho ambiental com o uso dos inoculantes. Cada quilo de fertilizante nitrogenado, ao longo da cadeia, da fábrica até chegar à lavoura do agricultor, produz cerca de 10 kg de gases do efeito estufa (GEE). Dentro do Acordo de Paris, do qual o Brasil é signatário, há o compromisso de reduzir as emissões de GEE na agricultura brasileira. E a FBN é um dos pilares do Programa ABC, voltado para a mitigação da emissão desses gases na atmosfera.

Além desse efeito na liberação de CO_2, os fertilizantes nitrogenados, por sua grande solubilidade, infiltram-se no solo e, então, contaminam o lençol freático, que, posteriormente, alimentará rios e lagos com água contendo elevado teor de nitrogênio, o que prejudicará a qualidade da água para a fauna aquática e mesmo para consumo humano.

Desta forma, o uso da FBN, além da sua fundamental importância como fenômeno biológico, constitui-se na tecnologia com o melhor custo-benefício do agronegócio brasileiro. As empresas filiadas à ANPII contribuem de forma decisiva para esse ganho ao agricultor e ao País, oferecendo inoculantes de elevada qualidade para aumentar a rentabilidade e a competitividade do agronegócio brasileiro. ■

NOVO

UNIPORT 3030 EletroVortex

A PULVERIZAÇÃO EM OUTRO NÍVEL



2ddb.com.br



O fluxo de ar do sistema **Vortex** transporta as gotas de pulverização que, ao passar pelo **bocal eletrostático**, recebem **cargas negativas que são atraídas pelas plantas**, que têm cargas neutras. O resultado é uma melhor deposição do defensivo em ambas as faces da planta.

30 ANOS UNIPORT

jacto.com

jacto

TECNOLOGIA PARA PULVERIZAÇÃO

BUSCA POR APLICAÇÃO MAIS SEGURA E COM MAIOR ACERTO

RODRIGO GOMES MADEIRA
Gerente de Negócios para a linha de pulverizadores automotrizes da Jacto

AS SOLUÇÕES atuais e futuras para agricultura devem priorizar tecnologias capazes de proporcionar aumento da produtividade, redução de custos e atenção à sustentabilidade.

Referindo-se especificamente à operação de pulverização, são muitos os problemas enfrentados na atualidade, como pragas resistentes, novos defensivos que estão sendo desenvolvidos, desafios de produtividade, além dos custos para o produtor e da necessidade de proteção ambiental. Todos esses fatores exigirão cada vez mais aplicações em níveis de qualidade e eficiência muito superiores.

A busca por técnicas de aplicação mais seguras e com uma maior garantia de acerto é extremamente necessária e tem sido o foco das empresas que trabalham com pulverização para proporcionarem redução de perdas por deriva, potencial redução de volumes e quantidade de aplicações e, ainda, aumento da produtividade da área tratada.

Uma tecnologia recém-apresentada ao mercado chamada EletroVortex, embarcada no pulverizador Uniport 3030 da Jacto, combina em um mesmo equipamento duas importantes técnicas: o uso do carregamento eletrostático para as gotas e a utilização de uma assistência de ar que cria uma corrente de ar vertical na barra que direciona essa pulverização até as plantas e que é nomeada Vortex.

A utilização da tecnologia eletrostática vem sendo bastante estudada nos tempos atuais, pois o uso de baixos volumes pelos agricultores em busca de ganho em rendimentos operacionais faz com que eles optem por novas técnicas de aplicação de defensivos agrícolas, obtendo maiores segurança e qualidade da pulverização.

O tema da redução de volumes deve ser cuidadosamente avaliado. Deve-se ressaltar que a redução será efetuada apenas na quantidade de água, mantendo-se a dose do produto por hectare. Assim, esse produto estará mais concentrado, pelo fato de ter menos água em solução.

Juntamente à redução, deve-se alertar para a segurança na pulverização: a tecnologia de aplicação deve ser bem definida e ministrada, pois o agricultor aplicará taxas baixas, devendo ter a segurança de que as gotas levarão o produto até o alvo.

A tecnologia eletrostática melhora a deposição das gotas em toda a planta, especialmente na parte inferior das folhas. Em condições de maior área foliar ou culturas mais fechadas, a assistência de ar Vortex melhora a penetração e a cobertura nas partes mais difíceis de acesso, como o baixeiro, por exemplo.

RESULTADOS

Pesquisas de campo realizadas em teste com o equipamento apontaram resultados positivos da tecnologia. Como o sistema possibilita que as gotas de pulverização atinjam o alvo com mais eficiência, permitindo que o pulverizador trabalhe com taxas de aplicação menores e com menos paradas, a tecnologia permite atingir um ganho de rendimento de até 35%. Além disso, a EletroVortex tem potencial para diminuir a quantidade de aplicações durante o ciclo da cultura.

Outro grande potencial desse sistema que apresenta qualidade de aplicação superior é o aumento da produtividade das culturas, especialmente na soja e no algodão, de até 5% e 10% respectivamente. ■

A RELEVÂNCIA DO CONVÊNIO ICMS N° 100/97

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



EM MERCADOS competitivos, os produtores não têm controle sobre os preços; estes são determinados pelas curvas de oferta e demanda. Sem influência sobre os preços, para garantir lucratividade, os produtores precisam otimizar a receita e minimizar os custos.

Dadas as limitações de estocagem, a necessidade de receita recorrente e a perecibilidade dos produtos agrícolas, os produtores limitam-se a travar os preços de venda em momentos mais apropriados, ainda que condicionados pelas leis de mercado.

Assim, os produtores têm procurado atuar sobre a variável custo, razão pela qual eles estão adquirindo com maior frequência insumos antecipadamente e em conjunto, buscando preços menores e uma relação de troca produto-insumo mais adequada. Mas, o maior nível tecnológico empregado nos cultivos elevou a participação de fertilizantes e defensivos no custo total e a sensibilidade às variações de preço desses insumos.

Comumente, os preços dos insumos variam em razão das condições de mercado e das variações cambiais, pois grande parte deles origina-se de matérias-primas importadas. Ocorre que, além dessas oscilações cíclicas nos preços, está em discussão matéria que pode determinar um choque permanente nos preços, devido à elevação da tributação sobre os insumos.

Discute-se a prorrogação do Convênio ICMS n° 100/97, cuja vigência expira em 30 de abril próximo. Esse Convênio vem sendo prorrogado desde 1997, mas, em função da situação de calamidade financeira de muitos estados, a não prorrogação ganhou peso no debate.

O Convênio reduz a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais. Em regra, a redução da base de cálculo é de: (i) 60% para inseticidas, fungicidas, herbicidas, rações, vacinas, medicamentos, calcário, matérias-primas para fertilizantes, entre outros; e (ii) 30% para farelo de soja, canola, milho e outras matérias-primas utilizadas na fabricação de ração.

Para se ter uma ideia do impacto, os dispositivos do Convênio, no caso do item (i), reduzem para 4,8% e 2,8%, respectivamente, a carga tributária nas transações interestaduais que normalmente têm alíquotas de 12,0% ou 7,0%. Do mesmo modo, permitem a isenção ou a redução dos mesmos percentuais nas saídas internas.

Portanto, o Convênio n° 100/97 interessa a toda a agropecuária, considerando que a sua descontinuidade elevará acentuadamente o custo dos insumos agropecuários. É importante frisar que a prorrogação não trará renúncia fiscal, pois o Convênio vem sendo aplicado há anos. Todavia, sem a prorrogação, haverá elevação instantânea das alíquotas de ICMS, aumentando o preço dos insumos automaticamente.

Estudos preliminares indicam que a não prorrogação do Convênio pode aumentar o custo operacional das atividades agrícolas de 5% a 20% dependendo da cadeia produtiva, com possíveis reflexos na oferta, na demanda (consumo), no custo da alimentação e nos índices de inflação.

Temos convicção de que não é o momento de alterar um instrumento tributário de tamanho impacto econômico, sob pena de questões fiscais transitórias suplantarem o objetivo maior de garantir acesso à alimentação para a população. A economia brasileira precisa de incentivos à produção e aos investimentos para a obtenção de ganhos de produtividade e eficiência. ■

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS

ROBERTO SANT'ANNA
Advogado e gerente de Inovação e Sustentabilidade da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

O RESPEITO aos direitos de propriedade intelectual tem importância crucial para o desenvolvimento de diversos setores da economia. Tanto é assim que, em 1994, foi assinado o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês), do qual o Brasil é signatário, no nascedouro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No agronegócio, não poderia ser diferente, especialmente quando falamos em manter a produção de alimentos, fibras e energia inovadora e produtiva. A proteção à propriedade intelectual é fundamental.

No caso dos defensivos agrícolas, o processo de pesquisa e desenvolvimento para que um novo produto possa ser utilizado nos campos brasileiros pode durar até dezoito anos. Durante a fase inicial da pesquisa, que leva, em média, dois anos, as empresas investem cerca de US$ 107 milhões para explorar 160 mil moléculas com potencial para se transformarem num novo produto. Na sequência, são realizados testes que garantem a eficácia e a segurança dessas novas descobertas, o que pode levar mais oito anos e custar US$ 146 milhões. No final, apenas uma dessas 160 mil moléculas iniciais chegam ao processo de registro, com custos de US$ 33 milhões. Essa etapa, no Brasil, depende dos órgãos competentes – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – e pode demorar mais oito anos para ser concluída, enquanto, no mundo, o tempo de registro é, em média, de dois anos.

Esses números são bastante expressivos e devem ser levados em consideração quando falamos de respeito aos direitos à propriedade intelectual, para que os esforços realizados possam ser dimensionados com exatidão, além de incentivar um ambiente propício à pesquisa e à inovação, o que é fundamental para um país que busca um futuro mais receptivo para novas soluções e tecnologias.

Também é preciso ressaltar a importância da garantia da proteção de dados, necessária para respaldar a segurança no envio de dossiês por meios eletrônicos no momento da solicitação do registro para os órgãos responsáveis – MAPA, Anvisa e Ibama. Os ambientes digitais são ágeis, mas é preciso garantir que sejam suficientemente seguros para a circulação de documentos protegidos e confidenciais.

Assim, defendemos um trabalho que implemente uma política de segurança das informações apresentadas e custodiadas pelo Governo, sem interferir no direito ao acesso a informação, tão característico de uma democracia. Por isso, é crucial que o ambiente de proteção à pesquisa seja aprimorado, com recursos que garantam maior segurança ao ambiente digital, evitando a concorrência desleal e, consequentemente, assegurando e incentivando a continuidade dos investimentos de recursos para a inovação.

É o que se espera de uma país que pretende ser membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). ■

DIÁRIO DE BORDO

UM NOVO OUTLOOK

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) e embaixador especial da FAO para as Cooperativas

UMA DAS mais interessantes realidades do agronegócio brasileiro tem sido a sustentabilidade da produção agropecuária. Como sabemos, a área plantada com grãos, desde o emblemático Plano Collor (de 15 de março de 1990) até hoje, aumentou 63%, enquanto a produção cresceu 304%. A esse número, que é resultado da tecnologia tropical sustentável aqui desenvolvida, soma-se outro ainda mais interessante: hoje, cultivamos 63 milhões de hectares com grãos em todo o País. Se tivéssemos a produtividade de 29 anos atrás, seriam necessários mais 91 milhões de hectares plantados para colhermos a safra de grãos deste ano. Portanto, não foi preciso desmatar cerrados ou florestas numa área desse tamanho.

Essa poupança de terra repete-se para as demais culturas e, também, para a pecuária. Aliás, neste último caso, vem ocorrendo redução da área total de pastagens com o aumento da produção de carne bovina.



O Departamento do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Deagro/Fiesp) acaba de lançar o seu Outlook para o setor com as projeções de produção e exportação da agropecuária brasileira para 2028. O trabalho mostra uma expressiva e crescente participação dos nossos produtos no cenário global, em que soja, milho, açúcar e as três carnes terão aumento de produção ao ano maior do que o crescimento do mundo todo. Isso também acontecerá quanto ao *marketing share* de todos, com exceção da soja, com uma pequena redução do *share* até 2028.

Tudo isso é muito positivo, mas depende, é claro, dos cenários interno (com os ajustes indispensáveis nas contas públicas, decorrentes das reformas prometidas) e externo (com a definição da "guerra comercial" entre Estados Unidos e China e os seus efeitos no comércio global).

Contudo, alguns dados muito interessantes do Outlook ficam em segundo plano, ainda que sejam muito relevantes. É o caso das perspectivas sobre o uso da terra. O estudo mostra que a área de lavouras – café, laranja, floresta plantada para celulose e papel mais as lavouras de primeira safra (algodão, arroz, feijão, milho e soja) – deverá crescer de 58,5 milhões de hectares, cultivados em 2018, para 66,8 milhões, em 2028 – um aumento de 8,3 milhões de hectares.

Em compensação, a área de pastagens, atualmente de 181,0 milhões de hectares, deverá cair para 174,5 milhões – uma redução de 6,5 milhões.

Tudo somado, haverá um acréscimo de apenas 1,8 milhão de hectares em toda a atividade agropecuária em dez anos. É muito pouco!

Por outro lado, se considerarmos todas as safras de grãos, os números são diferentes: dos atuais 60,1 milhões de hectares cultivados, saltaremos para 71,4 milhões – um aumento de 18,7%. Mas, a produção desses grãos, hoje de 224 milhões de toneladas, saltará para 313 milhões – um crescimento de praticamente 40%. Isso é o que realmente importa e chama a atenção: não se trata apenas de ocupar mercados e melhorar o *share* mundial, mas sim de fazê-lo com uma tecnologia que garanta qualidade e sustentabilidade na disputa com outros competidores.

Resta resolver alguns gargalos que ainda perturbam os nossos horizontes, como é o caso da dependência de fertilizantes. Em dez anos, ainda precisaremos importar 85% do total de NPK que consumimos aqui. É muito! E não podemos mais correr o risco de acidentes de percurso como o tabelamento de fretes... ■

PRODUZIR

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES AGRÁRIAS: POR QUE DISPENSAR?

FRANCISCO DE GODOY BUENO

Advogado, mestre e doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP) e vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

OS CUIDADOS com os recursos naturais e sua exploração implicam limites condicionados à verificação prévia da qualidade das tecnologias empenhadas. Esse é um mérito do licenciamento ambiental, sobretudo para evitar graves danos. É importante, porém, distinguir o impacto ambiental do dano ambiental quando se trata de justificar a adoção do licenciamento prévio voltado para as atividades agrárias.

Os conceitos de impacto ambiental e dano ambiental diferem-se em função da gravidade. O primeiro é normal para intervenções na natureza, e seu controle visa prevenir o segundo. Quando há maior probabilidade de conversão do impacto em dano, o licenciamento ambiental justifica-se mediante a concessão de licenças prévia, de instalação e de operação de empreendimentos. Na mineração, por exemplo, há grande potencial de conversão de impactos sobre o solo e o subsolo em danos ambientais nos respectivos ecossistemas.

Já nas atividades agrárias, por conta de intervenções no solo, no ambiente e no ciclo reprodutivo de plantas e animais, os riscos de danos são muito baixos. O principal impacto da atividade está relacionado ao uso do território, e, por isso, o seu gerenciamento está na definição de áreas protegidas e no resguardo de áreas para outros usos de interesse público, como a instalação de obras de infraestrutura, de vilarejos e de cidades.

O uso da terra sob a perspectiva de espaços protegidos é o principal mérito do Código Florestal, cuja fiscalização se dá pela visão territorial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), independentemente da atividade do imóvel rural. Uma vez definidas as áreas protegidas e as passíveis de plantio, o proprietário determina a atividade produtiva de acordo com a sua liberdade e a sua organização empresarial. Em um regime de mercado, a escolha pode ser influenciada até por políticas públicas, mas não condicionada a licenças prévias de órgãos ambientais.

Da preparação do solo até a colheita, passando pelo plantio de sementes e pelo combate químico ou biológico de pragas, os impactos ambientais são mínimos, por vezes benéficos à natureza. Regulamentações e licenciamento de produtos, por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), recomendações técnicas do receituário agronômico e atividades de controle na cadeia do agro já garantem a mitigação dos riscos de impacto ambiental.

No caso de riscos de dano ambiental, as atividades agrárias cercam-se de ações efetivas e resguardam os produtores de prejuízos. A erosão do solo é atenuada por investimento em prevenção. A disseminação de espécies invasoras é observada pelo controle da reprodução e da comercialização de mudas e sementes, regulamentadas pelo MAPA. A aplicação de defensivos e corretivos químicos e biológicos segue normas rígidas. O incêndio, principal risco danoso, pode ser trabalhado pela recomposição vegetativa, e não se deve confundi-lo com queima controlada, autorizada por lei, em situações peculiares, mediante expressa licença ambiental.

Portanto, com a inexistência de tecnologias complexas que ponham o meio ambiente em risco e com o controle adequado do uso do solo, de insumos e de técnicas excepcionais, não há motivo para se exigir licenciamento ambiental das atividades agropecuárias. ■



OPINIÃO

AGRISHOW, DE SÃO PAULO PARA O MUNDO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A SAA-SP chega à 26ª edição da Agrishow com a expectativa de atrair investidores e fortalecer o agro paulista. Essa edição do evento – que é o maior do setor na América Latina e um dos três maiores do mundo – acontece no fim de abril, em Ribeirão Preto.

A feira é o momento de encontro mais importante do ano entre empresas de máquinas agrícolas e insumos, poder público, pesquisadores, jovens empreendedores das *agritechs* e, logicamente, os mais eficientes produtores do Brasil.

Na edição do ano passado, o evento bateu o seu próprio recorde de volume negociado ao movimentar R$ 2,7 bilhões, uma alta de 22,7% em relação à edição de 2017. Ao longo de cinco dias, recebeu 142 mil visitantes. Tenho convicção de que, neste ano, deverá ser ainda maior.



Neste ano, são pelo menos oitocentas marcas nacionais e internacionais, com a geração de 5 mil empregos e uma expectativa de público de 150 mil pessoas. Todas essas pessoas visitam a Agrishow porque sabem que encontrarão inovação tecnológica, soluções inteligentes, equipamentos relevantes e negócios que impactam diretamente o cotidiano produtivo brasileiro.

O dia a dia do empreendedor rural está muito próximo de todos nós da SAA, que trabalhamos continuamente para orientar, ajudar e valorizar toda a cadeia produtiva.

São soluções como as cultivares melhoradas pelo Instituto Agronômico (IAC), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), que são lançadas anualmente na feira e dão mais produtividade e renda ao agricultor. O Sistema de Mudas Pré-Brotadas (MPB) de cana-de-açúcar, uma grande revolução desenvolvida pelas melhores cabeças da SAA, é capaz de aumentar a produtividade do canavial em até vinte vezes e reduzir o material de plantio para um décimo do utilizado anteriormente.

Alinhados à exigência do mercado mundial de harmonizar agricultura e natureza, os institutos da APTA são responsáveis por conferir ganhos de produtividade e renda ao produtor rural conciliando sustentabilidade para a produção e segurança alimentar para os consumidores.

Sem riscos é, também, a nossa sanidade animal, mundialmente reconhecida e, no território paulista, garantida pelo excelente trabalho da área de Defesa Agropecuária. Tradicionalmente, abrimos, na Agrishow, a primeira fase da campanha de vacinação contra a febre aftosa, reforçando ao pecuarista a necessidade de mantermos o Brasil livre da doença.

Isso garante a manutenção de mercados já conquistados, abre novos e oferece um alimento de qualidade à população. Essa é uma preocupação contemplada, também, pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Estado de São Paulo (SISP), que leva ao evento produtores e produtos agroindustriais certificados, seguros e prontos para as mais exigentes prateleiras mundiais.

A partir desse patamar, avançaremos, agora, para uma nova fase: vamos lançar, neste ano, o Programa Cidadania no Campo, que levará a todo o território do estado uma agenda robusta de desenvolvimento rural sustentável. Dar suporte para o produtor levando orientação técnica, novas tecnologias, melhor infraestrutura e maior segurança é essencial para que São Paulo continue liderando o agro brasileiro. ■

REFLEXÃO

O FUTURO DOS NOSSOS FILHOS

MARCELLO BRITO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Um político pensa na próxima eleição; um estadista, na próxima geração.

James Freeman Clarke, escritor americano

TEMOS UM imenso desafio pela frente, um desafio de todos os brasileiros que deve ser entendido e assimilado a curto prazo, qual seja a necessária e inadiável reforma da previdência. Como bem disse o ministro da economia, Paulo Guedes, durante a cerimônia de posse do novo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a geração contemporânea tem uma grande responsabilidade com o futuro dos seus filhos e netos, que poderá estar condenado caso o Congresso não avance e não aprove essa reforma. Todos os setores da sociedade precisam dar suas cotas de contribuição para liberar as futuras gerações de uma "maldição previdenciária".

Precisamos de R$ 1 trilhão para equilibrar as contas e para nos livrar da ameaça da falência financeira e do prolongamento da crise econômica que gerou mais uma década perdida. Sabemos que a reforma da previdência não resolve todos os nossos problemas e que a equipe econômica do governo Bolsonaro terá um trabalho desafiador pela frente para fazer o País voltar a crescer e ficar livre da crise fiscal. Faz-se necessário o reconhecimento do excelente trabalho do economista Ilan Goldfajn e da sua equipe à frente do Banco Central nesses dois últimos anos, pois mantiveram a inflação controlada por meio de uma política monetária equilibrada.

Ciente desses desafios, a ABAG, como associação que congrega todas as cadeias produtivas do agronegócio, declara o seu apoio a esse importante projeto do governo federal, pois não dá as costas ao seu legado de defender o desenvolvimento do País e ao seu papel de protagonista em temas essenciais para o agro e que são, também, fundamentais para o Brasil. A aprovação da reforma da previdência será um dos assuntos que trataremos no nosso Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), a acontecer no mês de agosto, em São Paulo.

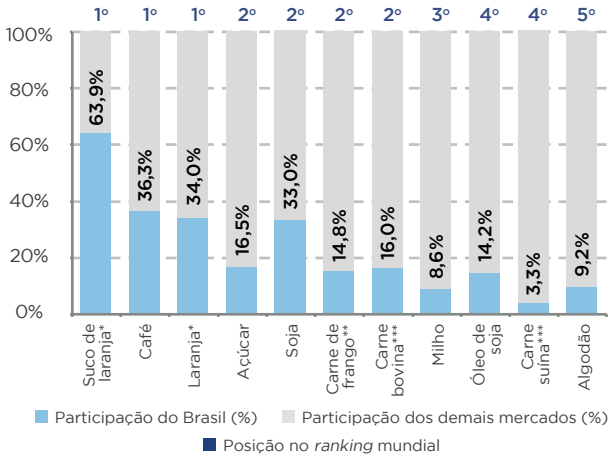
O agronegócio venceu enormes desafios ao longo dos últimos trinta anos. Hoje, temos uma agropecuária moderna com sistemas produtivos eficientes, que gera empregos no campo e na cidade e dinamiza a economia no interior brasileiro. A comida é farta e barata na mesa do brasileiro, com safras recordes de grãos – na safra 2017/18, colhemos 228 milhões de toneladas, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – e expressiva produção de fibras e energia renovável, transformando o setor no mais importante agente para a balança comercial do País. Diante disso, temos a obrigação de avançar nas pautas fundamentais. Não podemos nos omitir!

Com uma democracia consolidada e instituições maduras, temos pilares fortes de sustentação. O que precisamos, agora, é de pragmatismo para avançarmos na reforma da previdência, de uma classe política que assuma suas atribuições e de lideranças equilibradas no setor privado, que pensem no País como nação, principalmente em setores tão importantes como o do agronegócio. ■



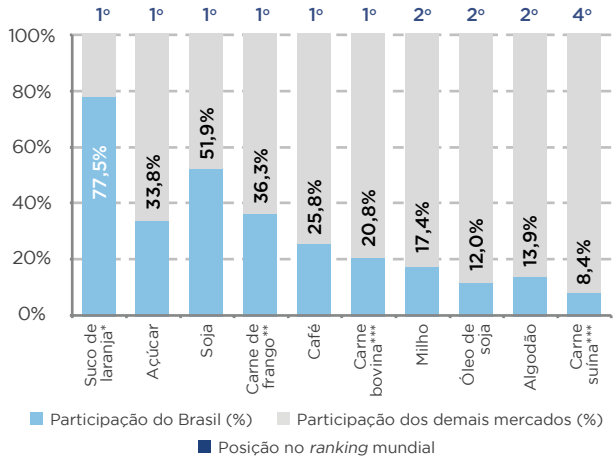
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



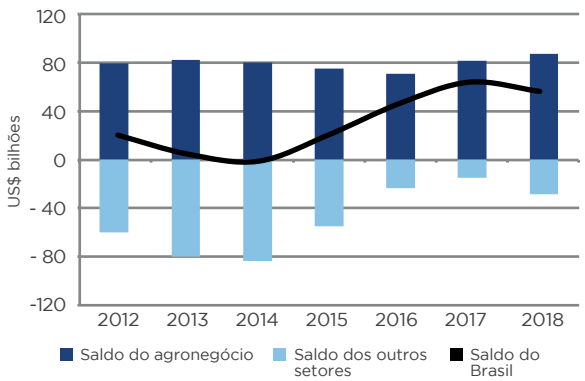
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



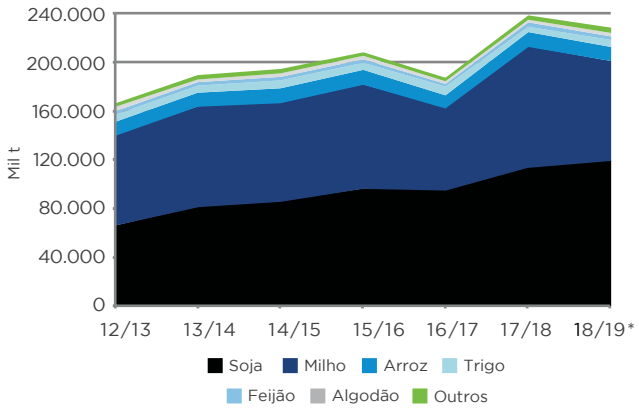
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



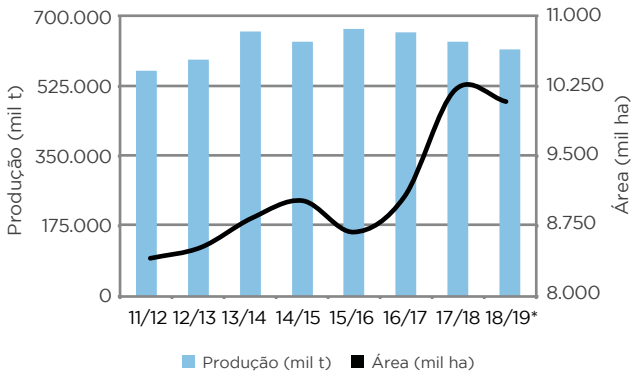
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS POR PRODUTO



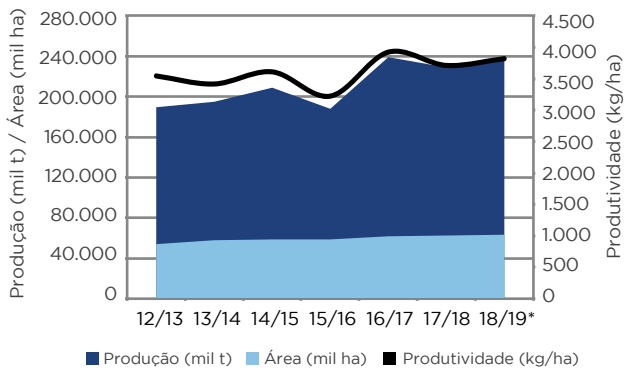
*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



*Previsão em fevereiro de 2019
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

A união do alto desempenho com a conservação ambiental

Clima e solos diversificados, o uso cada vez maior de tecnologias de ponta e total aproveitamento de biomassa. Estes são alguns dos fatores que garantem ao Brasil sua liderança como fornecedor de alimentos, fibras e outras matérias-primas para o mundo.

O agronegócio brasileiro desempenha um papel decisivo na economia do País. Atua de forma sustentável com competitividade e constante aperfeiçoamento tecnológico, o resultado se vê no aumento da produção, sem importante impacto na fronteira agrícola.

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) é um canal de comunicação estratégico, fortalece as cadeias produtivas e dissemina o relevante papel do agronegócio brasileiro e dos seus elos produtivos para os diversos setores da sociedade.



25 anos abag

www.abag.com.br

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

- ESTUDOS E PESQUISAS
- ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
- GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS
- ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS
- ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Projetos desenvolvidos para:

BID, VALE, Fibria, UNICA, ABC Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal, Brasil

CONTATO:
(21) 3799-6039
DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR
WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO
Think Tank do Agronegócio Brasileiro